

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE ALEJANDRO GUERRERO ROJAS

OS ECONOMISTAS CHILENOS:

O perfil social de uma elite política no período de 1958 a 2013.

CURITIBA

2014

FELIPE ALEJANDRO GUERRERO ROJAS

OS ECONOMISTAS CHILENOS:

O perfil social de uma elite política no período de 1958 a 2013.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof.Dr. Adriano Codato

CURITIBA

2014

Catalogação na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Rojas, Felipe Alejandro Guerrero

Os economistas chilenos: o perfil social de uma elite política no período de 1958 a 2013 / Felipe Alejandro Guerrero Rojas. – Curitiba, 2014.
92 f.

Orientador: Prof.Dr. Adriano Codato

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Economistas no governo – Chile – 1958-2013. 2. Economistas – Elites políticas – Chile – 1958-2013. 3. Tecnocracia – Chile – 1958-2013. 4. Economistas - Política governamental – Chile – 1958-2013. I. Título.

CDD 370.151



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Rua General Carneiro, 460 – 9º Andar Sala 908 Fone: 3360-5233.

PARECER

A banca examinadora instituída pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) mestrando(a) **FELIPE ALEJANDRO GUERRERO ROJAS**, em relação ao seu trabalho de dissertação, intitulada “OS ECONOMISTAS CHILENOS: O PERFIL SOCIAL DE UMA ELITE POLÍTICA NO PERÍODO DE 1958 A 2013”, decidiu favorável à “APROVAÇÃO” do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Ciência Política.



Curitiba, 23 de Junho de 2014.


Prof. Dr. Maria Rita Loureiro


Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto


Prof. Dr. Adriano Nervo Codato
(**orientador e presidente**)

Não há ideias do passado nem do presente. Há ideias certas e erradas.

Celso Furtado

RESUMO

A partir do século XX, os economistas passaram a ter influência nas decisões políticas nas nações. Esses profissionais assumiram paulatinamente cargos chave nos processos decisórios de planejamento econômico. Na medida em que a presença desses agentes no Estado aumentou, os economistas passaram a atuar na tomada de decisão de outras políticas, como por exemplo, nas políticas sociais. Deste modo, os economistas passam a fazer parte da elite política dos países. No Chile, a presença dos economistas no governo se iniciou no governo de Jorge Alessandri, em 1958 e se fortaleceu nos governos posteriores. O presente trabalho analisará o perfil dos “economistas dirigentes-políticos”, ou seja, aqueles que tiveram uma carreira curta no Estado e que assumiram cargos de primeiro escalão no governo do Chile entre 1958 e 2013. Os estudos sobre os economistas chilenos podem ser divididos em quatro tipos. O primeiro tipo aborda o papel dos economistas no governo enquanto elite política. O segundo tipo trata da história da formação da tecnocracia chilena. O terceiro busca identificar os agentes que compuseram o governo da *Concertación*. O quarto tipo analisa um grupo específico de economistas chilenos, os *Chicago Boys*, avaliando a formação desse grupo ou a sua participação no governo ditatorial. Apesar da relevância dessas pesquisas, não há estudos sobre os perfis sociais desses economistas ou sobre a relação desses perfis com a ideologia política dos mandatos presidenciais. O objetivo desta pesquisa é apresentar, de forma descritiva, os perfis sociais dos economistas nos governos chilenos no período entre 1958 e 2013. Buscaremos demonstrar a relação desses perfis, construídos a partir de pesquisa prosopográfica, com o espectro ideológico do governo. Os economistas no Chile são, em geral, homens que estudaram ou na Universidade Católica do Chile ou na Universidade do Chile, frequentaram os centros de pós-graduação nos Estados Unidos, não fazem parte de uma elite tradicional no Chile e tendem a ser filiados em algum partido político. Há três tipos de trajetórias de carreiras que esses agentes seguem. Percebemos que em administrações onde a política era de orientação de centro-direita e direita houve um predomínio de economistas formados na Universidade Católica do Chile. Em governos de esquerda e centro esquerda, grande parte dos economistas veio da Universidade do Chile. Outro resultado da pesquisa diz respeito à filiação de economistas a partidos políticos. Constatamos que, por um lado, nos governos de centro-esquerda e esquerda há significativa presença de economistas com filiação partidária. Nos governos de direita e centro direita, por outro lado, há presença substancial de economistas sem militância partidária. A conclusão da pesquisa aponta que o perfil dos economistas é diferente conforme a orientação ideológica do governo em que atuam.

Palavras-chave: Elite política. Economista dirigente-político. Economistas chilenos.

ABSTRACT

From the twentieth century, economists began to influence the political decisions in nations. These professionals gradually assumed key positions in decision-making processes of economic planning. To the extent that the presence of these agents in the State increased, economists began to act in the decision making of other policies, such as social policies. Thus, economists have become part of the political elite of the country. In Chile, the presence of economists in government began in the government of Jorge Alessandri in 1958 and strengthened in subsequent governments. This study will examine the profile of "political leader economists," in other words, those who had a short career in the State and assumed high level positions in the government of Chile between 1958 and 2013. Studies on Chilean economists can be divided into four types. The first type addresses the economists' role in government as a political elite. The second one deals with the history of the formation of Chilean technocracy. The third seeks to identify the agents who formed the government of the *Concertación*. The fourth type examines a specific group of Chilean economists, the *Chicago Boys*, evaluating the formation of this group or their participation in the dictatorial government. Despite the relevance of these studies, there are no studies on the social profile of these economists and the relationship of these profiles with the political ideology of presidential terms. The aim of this research is to present, in a descriptive way, the social profiles of economists in Chilean governments in the period between 1958 and 2013. We seek to demonstrate the relationship of these profiles, constructed from prosopographical research, with the government's ideological spectrum. Economists in Chile are generally men who have studied or at the Catholic University of Chile and the University of Chile, attended the postgraduate centers in the United States, are not part of a traditional elite in Chile and tend to be affiliated to a political party. There are three types of career paths that these agents follow. We realized that in government where political guidance was center-right and right there was a predominance of economists trained at the Catholic University of Chile. In leftist and center-left ones, most economists came from the University of Chile. Another result of the research is concerned about the membership of economists to political parties. We noted that, on the one hand, in center-leftist and leftist governments there is a significant presence of economists with party affiliation. In center-right and right-wing governments, on the other hand, there is substantial presence of economists with no party activism. The conclusion of the survey indicates that the profile of economists is different according to the ideological orientation of the government in which they operate.

Keywords: Political elite, Political leader economists, Chilean economists

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE ESPECTRO IDEOLÓGICO DO GOVERNO E UNIVERSIDADES NO CHILE.....	70
FIGURA 2 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE ESPECTRO IDEOLÓGICO DO GOVERNO E OS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO CHILE.....	72

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – GÊNERO DOS ECONOMISTAS DO CHILE NO PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62).....	37
TABELA 2 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS SOBRE A IDADE DE ENTRADA DOS ECONOMISTAS NO GOVERNO DO CHILE NO PERÍODO DE 1958 – 2013 (N=62).....	37
TABELA 3 – FAIXA ETÁRIA DOS ECONOMISTAS-DIRIGENTES POLÍTICOS NO GOVERNO DO CHILE NO PERÍODO DE 1958 – 2013 (N=56).....	38
TABELA 4 – FAMÍLIA INSERIDA NA POLÍTICA POR ECONOMISTA NO CHILE DO PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62).....	38
TABELA 5 – UNIVERSIDADE POR ECONOMISTA NO CHILE DO PERÍODO DE 1958 A 2013.....	39
TABELA 6 – NÚMERO DE ECONOMISTAS COM PÓS-GRADUAÇÃO NO CHILE DO PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62).....	40
TABELA 7 – PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO FREQUENTADOS PELOS ECONOMISTAS-DIRIGENTES POLÍTICOS CHILENOS (N=62).....	41
TABELA 8 – PAÍS DE PÓS GRADUAÇÃO POR ECONOMISTA NO CHILE DO PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62).....	42
TABELA 9 – PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMISTAS POR AGÊNCIAS INTERNACIONAIS NO CHILE DO PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62).....	43
TABELA 10 – PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMISTAS POR AGÊNCIAS THINK THANK NO CHILE ENTRE O PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62).....	43
TABELA 11 – MILITÂNCIA PARTIDÁRIA DOS ECONOMISTAS NO CHILE ENTRE O PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=55).....	45
TABELA 12 – TECNOCRATAS POLÍTICOS POR ESPECTRO IDEOLÓGICO (N=29).....	45
TABELA 13 – PERFIS DAS LINHAS.....	69
TABELA 14 – PERFIS DAS COLUNAS.....	69

TABELA15 – PERFIS DAS LINHAS.....	71
TABELA 16 – PERFIS DAS COLUNAS.....	71
TABELA 17 – PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMISTAS EM AGENCIAS INTERNACIONAIS E IDEOLOGIA DE GOVERNO.....	73
TABELA 18 – VALOR DO Q DE YULE E OS VALORES DE CALCULOS ADICIONAIS.....	74
TABELA 19 – PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMISTAS EM AGENCIAS <i>THINK TANKS</i> E IDEOLOGIA DE GOVERNO.....	74
TABELA 20 – VALOR DO Q DE YULE E OS VALORES DE CALCULOS ADICIONAIS.....	75
TABELA 21 – PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMISTAS EM AGENCIAS <i>THINK TANK</i> E IDEOLOGIA DE GOVERNO.....	76
TABELA 22 – VALOR DO Q DE YULE E OS VALORES DE CALCULOS ADICIONAIS.....	76

LISTA DE SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIEPLAN - *Corporación de Estudios para Latinoamérica*

CESOC - *Centro de Estudios Socioeconómicos*

CEP - *Centro de Estudios Públicos*

DIPRES - *Dirección de Presupuestos*

ODEPLAN - *Oficina de Planificación Nacional*

ONU – Organização das Nações Unidas

PC - Partido Comunista

PDC - Partido Demócrata Cristão

PPD - Partido pela Democracia

PS - Partido Socialista

PUC-CH – Universidade Católica do Chile

PUCV-CH – Universidade Católica de Valparaíso do Chile

RN- Renovação Nacional

UC – Universidade do Chile

UDI - União Demócrata Independente

USACH – Universidade de Santiago do Chile

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	CARREIRAS ESTATAIS	17
2.2	TECNOCRACIA	22
2.2.1	O marco teórico da tecnocracia	22
2.2.2	Tecnocratas e <i>Technopols</i>	24
2.3	OS ECONOMISTAS: UMA NOVA ELITE POLÍTICA NO GOVERNO.	25
3	OS PERFIS DOS ECONOMISTAS-DIRIGENTES POLÍTICOS CHILENOS (1958-2013).....	32
3.1	A ASCENSÃO DOS ECONOMISTAS NO CHILE	32
3.2	OS PERFIS DOS ECONOMISTAS-DIRIGENTES POLÍTICOS	38
3.2.1	Características pessoais	38
3.2.2	A formação escolar	41
3.2.3	Carreira	44
3.2.4	Militância Partidária	46
4	GOVERNOS E OS PERFIS DOS ECONOMISTAS	49
4.1	A TECNOCRACIA NO CHILE (1958 - 2013).....	49
4.1.1	O governo de Jorge Alessandri (1958 a 1964).....	49
4.1.2	O governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970).....	51
4.1.3	O governo de Salvador Allende (1970-1973)	54
4.1.4	O período da ditadura militar (1973-1980)	56
4.1.5	O governo do Patricio Aylwin (1990-1994).....	59
4.1.6	O governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000)	62
4.1.7	O governo de Ricardo Lagos (2000-2006)	64
4.1.8	O governo de Michelle Bachelet (2006-2010)	65
4.1.9	O governo de Sebastián Piñera (2010-2014).....	68
4.2	PERFIS DOS ECONOMISTAS E A IDEOLOGIA DO GOVERNO	69
4.2.1	Formação escolar e governo.....	70
4.2.2	Carreira e governo	75
4.2.3	Militância e governo	78
5	CONCLUSÃO	80

REFÊRENCIAS.....83

ANEXOS88

APÊNDICE.....89

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe um estudo sobre os economistas no Chile enquanto uma elite política¹. Descreveremos o perfil social dos economistas chilenos que ocuparam cargos do alto escalão das instâncias de decisão econômica no período de 1958 a 2013.

A partir do século XX, iniciou uma tendência de economistas terem alguma influência no campo da política em diversos países². Motta (1994) estudou o processo histórico de ocupação de postos chave da decisão política no Brasil. Motta avalia dois períodos. O primeiro, de 1930 a 1945, quando são criadas as instituições de ensino de ciências econômicas, bem como os conselhos especializados em matéria econômica. O segundo período vai de 1945 a 1964, quando se definiu a formação acadêmica e o profissional economista se consolidou como agente na burocracia para lidar com a complexidade da economia. Para a autora, a dupla face do economista, intelectual e burocrata, desdobrou-se na sua influência no campo da política. Outra pesquisa sobre os economistas no Estado foi elaborada pela socióloga Maria Rita Loureiro. Em sua obra, Loureiro (1997) descreve a formação dos economistas, suas ações e o processo de recrutamento destes pelo governo no Brasil. Loureiro afirma que os economistas podem ingressar no Estado através de dois tipos de carreiras: a carreira de economista-funcionário e a carreira de economista dirigente-político. Esta última representa a carreira daqueles que assumem cargos de alto escalão e exercem influência na tomada de decisões no âmbito do poder executivo. Entretanto, as tendências são diferentes conforme o país observado. No caso da França, por exemplo, segundo Martin, M. (2008), as elites administrativas eram oriundas das *grandes écoles*. Assim, os economistas não tinham grande influência no Estado.

No Chile, assim como no Brasil, os economistas também atuam como uma elite política. A primeira vez que economistas participaram no governo chileno foi em

¹. Entendemos como elite política indivíduos que ocupam posições importantes de poder dentro das instituições políticas. Consideramos, portanto, os economistas como uma elite política por ocuparem cargos que possuem poder político dentro do Estado. A ideia de que os economistas são uma elite política está calcada na forma como estes foram recrutados para a esfera estatal. Nesta pesquisa analisamos o grupo de economistas que foram nomeados para cargos de confiança pela Presidência da República e não aqueles que ingressam no Estado através de um concurso público ou desenvolvem carreira dentro da burocracia estatal.

² Ver MARKOFF, J, MONTECINOS. V (1993 pp.4-3) e LOUREIRO, M. (1997 pp.119-173).

1958, quando o presidente Jorge Alessandri nomeou dois economistas para fazer parte de sua equipe econômica. A partir daí, esses profissionais foram ocupando um número maior de cargos dentro do Estado em governos posteriores. Mas o espaço dos economistas dentro da esfera estatal se consolidou somente durante o período militar, quando um grupo de economistas de ideologia neoliberal, chamado de *Chicago Boys*, foi recrutado para o governo. Esses economistas tiveram significativa influência dentro do governo militar, de modo que puderam fazer reformas profundas na economia e no Estado. Em 1990, com a redemocratização do país e a vitória da coalizão de partidos opositores ao governo militar, chamada “*Concertación de Partidos por la Democracia*”, a participação e a influência dos economistas dentro do aparelho estatal chileno se manteve. Durante esse período, tanto nos vinte anos de governo da *Concertación* quanto nos quatro anos de governo da centro-direita, os economistas tiveram amplo espaço no Estado para exercer influência e poder. (MONTECINOS, 1993, 1997 e 1998; SILVA, 2010).

Partindo do pressuposto de que os economistas no governo fazem parte de uma nova elite política no Chile em relação à situação anterior, formulamos o problema empírico partindo de duas perguntas: (a) qual é o perfil dos economistas que compõem essa elite política? E (b) governos de espectros políticos diferentes recrutam perfis de economistas distintos para assumir cargos de alto escalão no Estado chileno?

São poucos os estudos sobre os economistas no governo chileno. Montecinos (1997 e 1998) descreve como os economistas se tornaram atores importantes no Estado e dentro dos partidos políticos. Seu estudo também aborda a relação dos economistas com os demais atores do Estado chileno. A pesquisa de Silva (1991, 2006 e 2010) discorre sobre a origem e a consolidação da tecnocracia no Chile. O estudo apresenta a relação dos economistas, enquanto tecnocratas, com os diferentes governos chilenos. Além disso, expõem a relação dos economistas com os partidos políticos e a participação daqueles no processo democrático. Dávila (2011) e Joignant (2011) buscam identificar os agentes que participaram nos governos da *Concertación*. Sobre os *Chicago Boys*, há estudos sobre como foi a participação deste grupo durante a ditadura militar (Fontaine (1983); Délano e Traslaviña (1989) e Hunneus (1998)) e sobre o processo de formação ideologia dos *Chicago Boys* (Valdés (1989 e 1995)).

Como há poucos trabalhos sobre os economistas enquanto agentes de decisão no Estado, este estudo se justifica por buscar explicitar as particularidades desses agentes no Chile. Uma vez evidenciadas essas características, esta pesquisa tem a pretensão de ser base para outras investigações relacionadas ao tema e passíveis de comparação. Uma segunda justificativa é pelo fato de apresentar de forma empírica tanto os perfis sociais desses economistas quanto relacionar esses perfis com a orientação política dos mandatos presidenciais no Chile.

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar os perfis sociais dos economistas que ocuparam os cargos de decisão sobre a política econômica no Chile no período de 1958 a 2013. Além disso, a pesquisa pretende demonstrar a relação desses perfis com o espectro ideológico dos governos.

A hipótese desta pesquisa é a de que o perfil social dos economistas no governo do Chile é o de homens que não têm relação com a elite tradicional chilena, possuem uma carreira profissional dentro das universidades e são filiados a partidos políticos. Já a outra hipótese é a de que os governos de ideologias distintas recrutam perfis sociais de economistas diferentes.

A metodologia aplicada a este estudo está relacionada a quatro questões: (a) como identificar os economistas que são considerados uma elite política? (b) quais cargos elaboram e decidem a política econômica no Chile? (c) como traçar os perfis desses economistas? e (d) como analisar a relação entre a orientação política do poder executivo e dos perfis dos economistas?

Para resolver a primeira questão, empregamos o método posicional, sistematizado por C. Wright Mills (1982). Para Mills, a elite é aquela que ocupa posições estratégicas em instituições políticas numa determinada sociedade. Neste caso, identificam-se aqueles que ocupam posições chave dentro do Estado. Sobre a segunda questão, selecionamos os cargos de Ministro da Fazenda, Ministro da Economia, Presidente do Banco Central, Diretor da ODEPLAN e Diretor do Orçamento. O critério dessa escolha parte da literatura chilena, que aponta que esses cargos são decisivos para o arranjo da política fiscal com a política monetária, como as políticas de planejamento econômico e social. Empregou-se a prosopografia³, uma investigação das características comuns desses agentes através de usos de

³ Sobre esta metodologia, ver Stone (2011).

dicionários biográficos⁴, com o objetivo de montar os perfis desses economistas. Por fim, para analisar as relações entre os governos chilenos e os economistas, foram utilizados dois testes estatísticos para medir a força das relações dessas variáveis.

Esta pesquisa está dividida em três partes. A primeira apresenta certos conceitos teóricos que serviram para delimitar o campo de estudo dos economistas no governo. A segunda discorre sobre os perfis dos economistas que atuaram no primeiro escalão do processo de decisão da política econômica no Chile no período que vai de 1958 a 2013. A terceira possui dois objetivos: apresentar o processo histórico da tecnocracia no Chile. E a partir deste contexto, descrever a relações que os economistas desenvolveram dentro do Estado chileno; e o segundo objetivo é demonstrar empiricamente a relação dos perfis dos economistas com o espectro político dos governos.

⁴ Foram utilizados os seguintes dicionários: *Diccionario biográfico de Chile 1984-1986* e *Biografías de Chilenos 1876-1973: Miembros de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial*.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O objetivo deste capítulo é mobilizar certos conceitos teóricos para delimitar o campo de estudo sobre os economistas no governo. Desse modo, estruturamos a revisão teórica em três partes. A primeira discute as carreiras dos economistas dentro do Estado. A importância dessa discussão é colocar de que forma o economista se insere no aparelho do Estado. Já a segunda parte tem como horizonte a definição da tecnocracia e o surgimento dos *technopols*. A terceira parte busca argumentar como o profissional da economia se tornou uma espécie de elite nas sociedades contemporâneas.

2.1 CARREIRAS ESTATAIS

Dentro da literatura da Ciência Política há uma vasta discussão sobre a relação do Estado com a sociedade, que pode ser resumida através de três delimitações teóricas propostas por Adam Przeworski. A primeira argumenta que os Estados respondem às preferências dos cidadãos; a segunda que os Estados procuram realizar seus próprios objetivos; e por último, a terceira vertente assume que os Estados agem segundo o interesse dos que detêm a riqueza produtiva. (PRZEWORSKI, 1991).

Neste trabalho, partiremos do segundo caso, como delimitado pelo próprio Przeworski (1991, p. 9): “os Estados “governam” em benefício próprio, ou seja, os governos traçam políticas que refletem os valores e os interesses dos administradores estatais”. Portanto, o que nos interessa é essa definição do Estado, em que os administradores estatais operam com autonomia em relação à sociedade. Partimos desta descrição porque se acredita que o segundo conceito de tratamento do Estado – a ideia da autonomia do Estado – é a que melhor descreve a relação entre burocratas e a sociedade civil. Isto é, malgrado este conceito nem sempre reflita a realidade histórica, para os nossos propósitos é a que melhor se coaduna com o estudo das carreiras burocráticas de funcionários públicos.

Dito isso, nos parece adequado buscar entender a importância dos administradores que atuam dentro do Estado. Assim, Hugo Heclo (1974 apud Skocpol,

T. (1985)), em *Modern social politics in Britain and Sweden*, destaca o papel dos administradores na formação de políticas sociais na Inglaterra e na Suécia. Heclo parte de um estudo histórico comparativo do desenvolvimento de longo prazo das políticas de seguro desemprego e de assistência à terceira idade. Para ele, a ação autônoma do Estado não está relacionada apenas com a coerção, mas também pode ser representada pelas atividades intelectuais de alguns administradores que, ao se preocuparem com os problemas sociais, desenvolvem políticas de Estado para resolver tais dificuldades, políticas estas que nem sempre podem ser imputadas ao favorecimento direto de uma classe. Assim, o autor argumenta que esses administradores locados no Estado acabam tendo, na questão do aprimoramento das políticas sociais, mais relevância que os partidos políticos e os grupos de interesses. Isso se deve ao fato de que os partidos e os grupos de interesses demandam essas políticas apenas em situações socioeconômicas específicas, como por exemplo, em um cenário de crise. Em outras palavras, a gestão sócio-econômica “corriqueira” da sociedade se veste de feições relativamente autônomas.

A relevância do trabalho de Heclo descortina-se pelo fato inegável de que os funcionários administrativos possuem influência na construção de políticas sociais dentro do Estado, e que essas políticas garantem ações de autonomia. Mesmo se tratando de um estudo de caso, o assunto sobre os funcionários dentro da esfera estatal irá contribuir para o estudo deste trabalho.

Para Schneider (1993), esses funcionários administrativos não são homogêneos: trata-se de um grupo social que possui subespécies. Segundo o autor, o estudo das carreiras dos agentes estatais oferece o melhor caminho para identificar empiricamente os subtipos dentro da importância da carreira, segundo Schneider, está descrita a seguir:

“Uma carreira compreende tanto alicerce internos quanto os externos para a determinação de preferências e de comportamento. As carreiras abrangem predisposições psicológicas iniciais, socialização e um quadro de incentivos e sanções para progredir na carreira escolhida. Internamente, as pessoas escolhem (até onde podem) o sacerdócio, as Forças Armadas ou a medicina porque se identificam com valores de tal carreira. Presumivelmente, ingressam na carreira já compartilhando de alguns de seus valores e preferências. (SCHNEIDER, 1993. pp. 83).

Dessa forma, em um estudo sobre a burocracia econômica no período da ditadura militar no Brasil, Ben Schneider (1993) utiliza tipologias de carreiras para descrever quais funcionários estavam presentes na política industrial. Ele identifica quatro tipos mais comuns; militar, político, técnico e o técnico político.

Os militares seriam os próprios oficiais que estariam ocupando outros postos da administração pública, além daqueles relacionados com as Forças Armadas. Os políticos são aqueles que possuem um mandato como vereador ou deputado estadual e são chamados para ocupar cargos dentro da administração estatal. Vale destacar que uma maior parte dos políticos frequentaram o curso de direito, e após se formarem, advogaram durante alguns anos antes de iniciarem em sua carreira política. (SCHNEIDER, 1993).

Para Schneider (1993), os técnicos são aqueles que ocupam posições de baixo escalão da burocracia. Dentro da esfera estatal, é a carreira que possui maior número de agentes, embora não tenha tanto poder de decisão. O técnico é um agente de nível universitário que geralmente fez graduação nas áreas de engenharia, economia, administração, contabilidade ou direito. Através de exames específicos, ingressa em uma empresa estatal ou num departamento ministerial e pelo seu mérito ascende profissionalmente. Contudo, são poucos os técnicos que conseguem chegar a uma alta posição. Utilizam da racionalidade e da técnica, da universalidade de procedimentos e da lealdade organizacional para a elaboração de políticas públicas.

Schneider descreve da seguinte forma o poder dos técnicos:

O poder deles (técnicos) depende do conhecimento específico e de apoio político externo para a formulação tecnocrática de políticas (por exemplo, o apoio militar ao conhecimento especializado neutro da Petrobrás). Outros atores necessitam dos conhecimentos especializados deles para formar coalizões, para defenderem-se de investidas de caráter técnico e para encontrarem falhas técnicas em projetos concorrentes. Projetos com falhas técnicas são aprovados, mas é sempre melhor possuir sólidos argumentos técnicos para rechaçar ataques políticos. Os órgãos são normalmente dirigidos por nomeados políticos, mas estes consultam os seus técnicos sobre os projetos e as medidas a serem encaminhados. (SCHNEIDER, 1993, pp. 98).

Em vista disso, percebemos que a racionalidade é um traço essencial para essa carreira, porque é através dela que os técnicos contribuem na formação da agenda no processo de tomada de decisão do aparelho estatal.

Por último, os técnicos políticos seriam um híbrido entre o político e o técnico. Os técnicos políticos, assim como os técnicos, possuem formação universitária. A sua

entrada no Estado ocorre através de concursos públicos ou pela qualificação técnica. Porém, Diferentemente dos técnicos, o técnico-político consegue chegar a posições de alto escalão, além de circular em mais órgãos burocráticos. Para essa categoria, são os fatores políticos que determinam as novas promoções. Esses fatores políticos são construídos pela visibilidade, a reputação de eficientes redes informais (regionais, familiares, universitárias, profissionais) e projetos. O projeto tem um grande peso, pois participar em um projeto colabora para formar elos entre as agências que garantem nomeações futuras. (SCHNEIDER, 1993).

Destrinchando o perfil social dos técnicos políticos, Schneider (1993) argumenta que existem dois subtipos. O primeiro perfil diz respeito àquele burocrata cujo avanço profissional depende sobremaneira da vinculação direta com uma figura central, geralmente um político. O exemplo usado é o caso do grupo de técnicos políticos formado ao redor do ministro Delfim Neto. Já O segundo subtipo trata daqueles que ascendem por suas próprias habilidades políticas e não por lealdade, de tal modo que os profissionais deste perfil contam com um maior número de aliados políticos.

Percebe-se assim como os técnicos políticos diferem tanto dos técnicos como dos políticos. A diferença em relação aos técnicos reside no processo de decisão, no qual os técnicos políticos aceitam a interferência política como um fator importante para a tomada de decisão. Em relação aos políticos, os técnicos políticos estão livres de compromissos com eleitores, uma vez que sua entrada não depende do processo eleitoral, ou seja, podem participar da política sem estares ligados a uma doutrinação ideológica, a uma base eleitoral ou interesses materiais imediatos. (SCHNEIDER, 1993).

As últimas características dos técnicos políticos, expostas por Schneider (1993), dizem respeito à sua participação na burocracia estatal. Devido à capacidade de misturar a técnica com a política, conseguem ter uma grande influência dentro do Estado. Através da técnica, conseguem apoio político com as demais categorias (políticos, militares ou/e capitalistas). Utilizam da política para ganhar tempo na realização de projetos, realizar novos estudos, encontrar aliados que possuam visão técnica, divulgar informações confidenciais para a imprensa, entre outras manobras políticas. Esse profissional também tem o papel de mediador. Em grande parte dos casos de formulação das políticas públicas se requer a formação de uma coalizão, assistência mútua e negociação. Dito isso, o papel dos técnicos políticos é central

para fazer essas mediações no momento de se formular uma política pública. (SCHNEIDER, 1993).

Dentro das carreiras que o Ben Schneider identificou na burocracia brasileira durante o regime militar, a que mais se aproxima para o estudo do nosso objeto é a tipologia do técnico político. Entretanto, ainda não é a tipologia ideal para este trabalho. Assim, iremos apresentar outro conceito para o estudo de carreira dentro do Estado.

O segundo perfil de carreira é daqueles que atuam no alto escalão do governo, denominado economista-dirigente político⁵. Trata-se da carreira do acadêmico que é recrutado diretamente das universidades, principalmente daquelas localizadas no Estado do Rio de Janeiro ou São Paulo, para assumirem o cargo de ministro de Estado. Esse perfil representa, geralmente, professores “brilhantes” que através de suas consultorias tornaram-se conhecidos no meio empresarial. Para o economista-dirigente político ser convidado para compor o governo significa o reconhecimento de sua competência técnica. (LOUREIRO, 1997).

Segundo Loreiro (1997), cada perfil de carreira no governo possui uma relação particular com os cargos públicos ocupados dentro do Estado. Enquanto os economistas-funcionários fortalecem a sua carreira nos órgãos governamentais, uma vez que fazem longa carreira nestes órgãos permanentes, o economista dirigente-político tem uma carreira temporária no governo. Para o economista dirigente-político, a carreira dentro do governo representa apenas uma etapa da sua trajetória profissional. Geralmente, a trajetória profissional do economista dirigente-político está organizada da seguinte maneira: universidade → governo → consultoria privada.

Outra característica do economista dirigente-político são as suas relações e seu comportamento durante a sua carreira no governo. Quando esses agentes são recrutados para a esfera estatal, colocam em prática os modelos elaborados no meio acadêmico e lhes atribuem a missão de “resolver” os problemas econômicos do país. Devido a sua carreira temporária no Estado, esses indivíduos estão menos comprometidos com a máquina estatal e mais envolvidos com seus projetos de transformação da economia. Assim, esses indivíduos geralmente entram em conflito

⁵ Como a própria Loureiro (1997) descreve o modelo de carreira utilizada por ela é parecido com o de Ben Schneider (1991): o funcionário-economista seria o técnico e o economista-dirigente político seria o técnico político. Entretanto, na análise de Ben Schneider não se leva em consideração a formação acadêmica e o peso de legitimidade do economista, questão que é central para o trabalho da Maria Rita Loureiro.

com as demais carreiras do Estado quando a racionalidade política enfrenta a racionalidade técnica de seus projetos. Quando este conflito parece transformar-se num impasse intransponível, os economistas-dirigentes políticos amiúde renunciam a seus cargos: essa saída é resultado da descaracterização do seu plano econômico através dos recuos e concessões feitas pelos demais atores políticos. (LOUREIRO, 1997).

2.2 TECNOCRACIA

O estudo da tecnocracia nos Estados modernos enfrenta algumas dificuldades, como a definição do termo tecnocracia e a identificação dos tecnocratas em determinado sistema político. Essas dificuldades podem ser explicadas por duas questões. A primeira, pelo emprego vago da palavra tecnocracia quando usada para descrever sistemas de governo, no qual existiriam pessoas com capacidade técnica e administrativa responsáveis pelas políticas econômicas e sociais. A segunda dificuldade decorreria de como se identificar quem são os tecnocratas, já que, raramente, os tecnocratas se definem como tal. (SILVA, 2010).

Diante dessa problemática, tem-se a necessidade de se determinar o conceito de tecnocracia usado neste estudo, e para tal dividimos essa seção em duas partes. A primeira expõe o marco teórico sobre a tecnocracia, enquanto a segunda apresenta o debate dos tecnocratas e os *technopols*.

2.2.1 O marco teórico da tecnocracia

Miguel Centeno (1997) delimita três visões teóricas contemporâneas sobre a tecnocracia. Uma das visões parte da teoria estrutural desenvolvida por Jacques Ellul e Langdon Winner. Essa teoria descreve que no Estado moderno existe uma supremacia de funcionários especializados e procura entender quais os fatores que levam esses funcionários a ascender dentro do Estado. A ascensão dos técnicos está relacionada com a complexidade da técnica científica, pois, na medida em que a

sociedade se desenvolve, as instituições aprimoram os instrumentos de análise dos dados econômicos e sociais e, a partir desses dados, passam a orientar novas ações políticas que os governantes devem tomar. Através da complexidade desses instrumentos é que se sustenta o crescente poder das instituições técnicas e, conseqüentemente, a influência daqueles que dirigem essas instituições. (CENTENO, 1997).

Outra visão sobre a tecnocracia parte da “*construcción de una ideologia tecnocrática*”. Essa construção é baseada na elaboração e domínio da racionalidade como um instrumento de poder. Diante disso, temos duas perspectivas do uso dessa racionalidade instrumental. A primeira, baseada em James Burnham, descreve que através dessa racionalidade os tecnocratas conseguiram colocar um fim nos conflitos sociais. Essa racionalidade daria condições de oferecer à sociedade uma solução ótima diante de qualquer problema de gestão social, eliminando as “ineficiências” que ocorrem pela disputa política entre esquerda e direita. Os tecnocratas iriam trazer a ordem da razão para sociedade, diminuindo a ação da política. A segunda, oriunda da Escola de Frankfurt, centra na análise das decisões na política. Antes, as decisões representavam interesses de grupos de cidadãos ou de uma nação, mas, devido à racionalidade, teria ocorrido uma transformação no processo de decisão política. Ao invés de representar interesses da sociedade, a decisão se daria de forma objetiva, tendo a razão como valor principal, de tal modo que haveria uma “cientificação da política”. (CENTENO, 1997).

E por fim, a tecnocracia enquanto uma elite política. Um dos autores que parte dessa perspectiva é o Luiz Bresser Pereira. Este teórico define a tecnocracia como uma “oligarquia dos técnicos”, um sistema político em que o poder está nas mãos dos técnicos, sejam eles administradores, advogados, economistas, engenheiros, etc. Nessa concepção, a tecnocracia é um sistema antidemocrático, pois o técnico assume o poder pela sua perícia, não pelo sistema eleitoral, e dentro do governo, a tomada de decisão não é em função da consulta ao povo, mas sim em função da racionalidade. O político, nesse sistema, é tido como demagogo, desonesto, incompetente e, à medida que cresce a tecnocracia, o poder do político é reduzido, já que ele é incapaz de resolver os problemas políticos e econômicos. Junto com a redução de poder do político, as instituições políticas também são reduzidas. (BRESSER PEREIRA, 1981).

O problema em estabelecer que a tecnocracia é um sistema antidemocrático, está no fato de que qualquer estudo sobre tecnocracia e tecnocratas se reduziria

apenas a governos autoritários. Além disso, sustenta a ideia de que existe uma elite técnica extremamente poderosa que não estabelece relações com outras classes políticas.

Outra visão mais elaborada, que também parte do estudo de uma elite política, é o trabalho de Jean Meynaud. Esse pesquisador passa a analisar as diversas faces da tecnocracia e dos tecnocratas. Meynaud argumenta que além da orientação técnica-científica, os tecnocratas são indivíduos que conseguem influência política no governo pela sua inteligência e especialidade em matérias de políticas econômicas, finanças e administração do Estado. Contudo, essa influência política dos tecnocratas não é permanente, e, além disso, está subordinada aos políticos que dirigem o Estado. Desse modo, refuta a ideia de uma “superclasse” política dentro do Estado. (MEYNAUD, 1968).

2.2.2 Tecnocratas e *Technopols*

Conforme dito anteriormente, existe uma variação do tecnocrata, e essa variação resultou na aparição de um novo agente do saber, o *technopols*⁶.

Como descreve Joignant (2011), o tecnocrata pode apresentar duas espécies de capital tecnocrático. A primeira é denominada de capital tecnocrático pragmático e a segunda de capital tecnocrático político. No primeiro tipo de capital predominam recursos simbólicos de natureza racional, sem que necessariamente apresentem-se recursos políticos. Já o capital tecnocrático político aparece como uma espécie política de capital através da militância partidária. O tecnocrata pragmático é independente de partidos e, portanto, pode ter participação em qualquer governo. Já os tecnocratas políticos seriam indivíduos que conseguem combinar habilidades técnicas com políticas. (JOIGNANT, 2011).

Dessa forma, os *technopols* seriam aqueles agentes que juntam os dois tipos de capital tecnocrático, o pragmático e o político. Os *technopols* são tidos como líderes políticos. Esses agentes usam de seus conhecimentos e participam da vida política

⁶ Williamson (1994) foi o primeiro a usar esse termo para nomear os agentes que participaram na transformação do aparelho do Estado dos países latino americanos durante a década de 1980 e 1990.

com o objetivo de impactar a política da nação, e não apenas a esfera econômica. Assim sendo, os *technopols* alcançam prestígio fora da esfera burocrática, podendo atuar como um importante consultor econômico, ou um acadêmico brilhante e até uma figura importante de oposição. O medo pela política é menor para os *technopols* do que para os tecnocratas, e isso se dá pela diferença do uso da racionalidade entre aqueles agentes. Para os *technopols*, a racionalidade tem um papel que vai além do uso correto da técnica: ela deve ser usada também para implantar políticas duradoras. (JOIGNANT, 2011; DOMINGUEZ, 1997).

No caso do Chile, segundo Joignant (2009, 2011), os recursos técnicos dos *technopols* aparecem na forma da competência acadêmica obtida em universidades de prestígio internacional, geralmente na área de economia. Já os recursos políticos são alcançados não apenas pela habilidade política, mas principalmente pela ocupação de posições individuais de influência política antes do desempenho de funções ministeriais. Em suma, os *technopols* são agentes marcantes tanto no campo intelectual como no político, e por sua competência política assumem uma posição dominante em ambos os espaços. (JOIGNANT, 2009, 2011).

2.3 OS ECONOMISTAS: UMA NOVA ELITE POLÍTICA NO GOVERNO.

A partir do século XX, os economistas ganharam um papel importante no campo da política dos países. Esses profissionais se tornaram uma peça essencial no processo de decisão dos governos. Esses agentes se consolidaram como um novo grupo, uma nova elite política.

Para Alfred Coats (1981 apud Loureiro, (1998)) e Joseph Pechman (1989 apud Loureiro, (1998)), a crescente influência dos economistas no mundo não se deu apenas porque as ideias advindas das ciências econômicas se mostraram relevantes para solucionar problemas contemporâneos, mas deu-se, principalmente, porque os governos assumiram para si as funções de promover o desenvolvimento econômico e social, garantir estabilidade monetária e ainda implantar políticas de bem-estar social.

Outra visão sobre a importância dos economistas na sociedade é apresentada por John Markoff e Veronica Montecinos. Para Markoff e Montecinos (1994), a

presença dos economistas no governo não se deu apenas pela *expertise* desses profissionais em matéria de economia, já que o treinamento que recebem os economistas contribui pouco para a decisão que eles tomam quando são ministros. Assim, para esses autores, existiriam três explicações que levariam o economista a assumir altos cargos políticos.

O primeiro argumento colocado por Markoff e Montecinos (1994) se centra nas crises econômicas e complexidade da sociedade industrializada. A grande depressão da década de 1930 resultou na necessidade dos economistas em se qualificar para serem portadores de instrumentos capazes de produzir resultados práticos na economia e de elaborar planos para o futuro, assim mantendo a economia longe de novas crises. Ao mesmo tempo, se desenvolve a teoria keynesiana que se baseia em administrar instrumentos específicos para o Estado planejar e manipular a economia. Os complexos modelos de prognósticos sobre a economia demandaram a contratação de técnicos tanto para buscar informações adequadas, elaboração e verificação dos modelos econômicos como também para a tradução destes modelos para os políticos. Assim, o modelo keynesiano serviu para justificar o recrutamento dos economistas para posições de alto escalão no governo. E mesmo quando o pensamento keynesiano perdeu sua grande influência nos governos, o papel dos economistas não diminuiu, pois tanto ~~como~~ as novas ideias ou a revisão de velhas ideias exigem um grau de técnica e especialização maior ou tão elevado quanto a visão de keynesiana. (MARKOFF e MONTECINOS, 1994).

Ademais, ao terem que lidar com o aumento das atividades e o desenvolvimento de recursos, os governos passaram a ter o planejamento e a gestão econômica como tarefas centrais, de tal modo que houve um aumento da intervenção estatal na economia. Este aumento sobreviveu a crise da teoria Keynesiana da década de 1970, já que o consenso “novo-clássico” que surgiu ainda previa ingerência estatal numa economia cada vez mais complexa, mesmo que a ingerência tenha mudado bastante, com destaque às políticas regulatórias em contraposição à antiga política industrial direta. Consequentemente, os governos criaram muitas agências especializadas para lidar com a economia tanto na esfera nacional (conselhos de planejamento, monetários, orçamento, entre outros) como na internacional (esquemas de integração regional, por exemplo, o Mercosul). (MARKOFF e MONTECINOS, 1994).

Outro motivo para a presença dos economistas no governo trata-se do “contágio”. A presença de um economista no governo garante o recrutamento de mais economistas, ocorrendo uma proliferação dos economistas no restante da administração. O fundamento para esse “contágio” dentro do governo é argumentado pelos autores:

Un joven economista en el plantel de un director de presupuesto puede muy facilmente poner en aprietos a un ministro jerarquicamente superior pero menos preparado. Para evitar estos contratiempos los ministros generan su próprio equipo técnico. (MARKOFF e MONTECINOS, 1994. pp. 8).

Assim, a participação de poucos economistas nos ministérios tende à incorporação de mais economistas. Além disso, esse “contágio” se deu pelo desenvolvimento da economia financeira internacional. Como havia sido dito anteriormente, na medida em que a economia foi se tornando mais complexa foram criadas várias instituições financeiras. Através dessas instituições os governos negociam empréstimos para seus respectivos países. Assim, os economistas são encarregados dos acordos com essas instituições. Nas negociações com tais instituições, os governos esperam que os economistas defendam os interesses nacionais e ao mesmo tempo consigam demonstrar uma boa impressão para os credores. Consequentemente, os governos dependem cada vez mais desses especialistas. (MARKOFF e MONTECINOS, 1994).

E a última justificativa parte da seguinte pergunta feita por esses autores (1994. pp. 10). *“Por qué ocurre que estados tan diferentes en su nivel de desarrollo económico, posición internacional, sistema político, tradición cultural, e incluso en oferta de economistas, participan de estos procesos?”* A resposta para essa questão repousa nas semelhanças das estruturas organizacionais, no fato de que os Estados imitam as estruturas organizacionais dos outros para gerenciar as suas economias. Esse fato acontece pela dependência que uma organização possui para com a outra: ela terá que reproduzir suas estruturas e incorporar as suas ideias. E, também, pelos objetivos dúbios e meio incertos as organizações dos países terão que ser modelos entre si. (MARKOFF e MONTECINOS, 1994).

Uma ilustração sobre a interdependência das instituições é observada de maneira mais evidente pela relação dos países subdesenvolvidos com o Fundo

Monetário Internacional (FMI). Para esses países conseguirem empréstimos tiveram que se adequar às estruturas das organizações financeiras e aderir às metas como o FMI havia prescrito. Entretanto, essa adaptação não é única dos países subdesenvolvidos, pois qualquer país está sujeito às ações das instituições financeiras transnacionais. A falta de clareza nos fins e meios resulta na inexistência de um caminho para o progresso econômico. A ausência deste caminho reflete-se de forma geral no recrutamento dos economistas para assumir altos cargos em vários países. Mesmo que determinado país não consiga cumprir certos acordos econômicos, a nomeação de um prestigioso economista tem como finalidade demonstrar a disposição do governo para a elaboração de novos planos econômicos e justificar erros cometidos em matéria econômica no passado. Assim, os economistas, além de desenvolverem esquemas para solucionar problemas econômicos, também garantem a legitimidade dos governos. (MARKOFF e MONTECINOS, 1994).

Segundo a socióloga Mariana Herendia (2008), o acesso dos economistas a cargos chaves do governo ocorreu pelo surgimento das reformas associadas à globalização, à participação dos tecnocratas no governo e aceitação de redes transnacionais de discussão e elaboração de políticas públicas. Devido a esse cenário, principalmente no tocante às redes transnacionais, os governos consideraram os economistas como principais atores para lidar com tais relações. A saber, esse novo contexto e a relação com os economistas é detalhado pelo sociólogo chileno José Ossandón. Para Ossandón, (2011) existem cinco grandes elementos que contribuíram para que os expertos em economia se tornassem atores relevantes para a política de uma sociedade. O primeiro elemento está relacionado com o aumento do número de economistas que frequentaram cursos de pós-graduação nas universidades dos Estados Unidos⁷. Segundo o autor, esses economistas, ao voltarem para seus países de origem, desenvolveram novos centros acadêmicos de discussão sobre a economia. E esses centros passaram a concorrer com os antigos lugares em que se promoviam tais debates. Por exemplo, no Chile, a Universidade Católica do Chile, após o convênio com a Universidade de Chicago, passou a concorrer com a Universidade do Chile, outra instituição que promovia discussões a respeito da ciências econômicas.

⁷ Para um maior conhecimento sobre o tema. Ver Babb (2002) e Delazay e Garth (2005)

Além da criação de novos centros locais, esse intercâmbio resultou na consolidação de um novo tipo de economia através da conexão entre redes institucionais e epistêmicas de caráter global. Assim, as fundações internacionais de financiamento de pesquisa, como a Fundação Ford e Rockefeller, além da competência entre os principais departamentos de economia dos centros de pesquisas universitária dos Estados Unidos seriam elementos relevantes para a criação e fortalecimento dessas redes. Igualmente, as agências *think tanks* contribuíram, através de seminários, livros e material audiovisual, para essas conexões globais. (OSSANDÓN, 2011).

O segundo elemento trata do novo contexto em que se pratica a economia. O autor descreve que a economia durante o período do desenvolvimentismo na América Latina era baseada na estatística e compreensão de casos específicos. Com a “internacionalização” das ciências econômicas, essa disciplina passou a adotar um *modus operandi* mais abstrato. A economia, além da estatística, passou a utilizar a matemática para elaborar modelos de explicação mais gerais sobre a economia, substituindo os estudos de casos. Assim, diante desse contexto, os economistas não precisam necessariamente aprender história e tampouco conhecer uma literatura de outras disciplinas sobre um estudo de caso. (OSSANDÓN, 2011).

Essa nova aplicação das ciências econômicas pode ser resumida na seguinte citação:

“(...) los economistas han crecientemente desligado su jurisdicción de ámbitos locales específicos, tal como sucede con los abogados y su vínculo con determinados códigos legales, haciendo de la disciplina un conocimiento que se puede aplicar de igual forma en todas partes.” (OSSÁNDÓN, 2011. pp. 110).

O seguinte elemento aborda o novo contexto da economia mundial pós Bretton Wodds⁸. O fim do Bretton Wodds conduziu a flutuação entre as diferentes moedas, a globalização dos mercados e implementou uma nova ordem financeira mundial. Também, nesse contexto, houve a crise de dívidas na América Latina e as

⁸O Bretton Wodds foi um acordo discutido e assinado pelos delegados de 44 países em junho de 1944. O objetivo desse acordo era de regular a política econômica mundial para evitar novas crises econômicas como a de 1929. Assim, uma das disposições desse acordo era que cada país deveria aplicar uma política monetária que mantivesse o valor de suas moedas indexado ao dólar e variando dentro de uma pequena banda que conformava taxa de câmbio quase fixa.

políticas macroeconômicas dos países passaram a seguir as recomendações das “cartilhas” promovidas pelas instituições globais tais como a o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) Com o aumento da liquidez mundial decorrente da globalização dos mercados, os Estados Latino-americanos se endividaram sobremaneira, gerando a crise da dívida na década de 1980, quando os fluxos de capital “fácil” a América Latina cessaram. Mais tarde, a renegociação das dívidas foi acompanhada de políticas macroeconômicas que passaram a seguir... etc. Em outras palavras, Diante do cenário de crise econômica da década perdida, os países para obter crédito e outros benefícios dessas instituições internacionais tiveram que adotar certas medidas com a finalidade de promover reformas econômicas. Uma vez que os economistas são as principais autoridades do FMI e do BM, os governos nomeiam como seus representantes os economistas de seus países, principalmente, aqueles que possuem pós-graduação em universidades dos Estados Unidos. Assim, a economia passa ser a *língua franca* das relações internacionais. (OSSANDÓN, 2011).

O quarto elemento coloca que o papel dos economistas não se limita apenas à participação no desenvolvimento e negociação das políticas macroeconômicas, mas também na atuação em outras matérias de caráter político. Nestes últimos anos, a ideia de que os conflitos sociais podem ser resolvidos pela técnica tem ganhado força. No Chile, por exemplo, temas que historicamente eram conflituosos dentro da esfera política, como fundo de garantia, seguro saúde e educação, atualmente são relegados à competência dos economistas para se criar medidas técnicas para a solução dos conflitos de tais temas. Desse modo, as políticas públicas elaboradas pelos economistas são orientadas, geralmente, pelo objetivo de aumentar a competência em diversas áreas de administração e do serviço público. (OSSANDÓN, 2011).

Segundo Ossandón (2011) o último elemento está associado com a influência dos economistas, enquanto tecnocratas, na volta da democracia. Nos regimes ditatoriais, os economistas ofereciam apoio técnico para a formulação e implementação da plataforma política desses governos. Mas com a volta da democracia, o papel tecnocrático desses agentes não se limita apenas à assessoria técnica, mas se estende a cargos de responsabilidade puramente política. Os economistas assumem cargos, como a secretaria geral do governo, ou até cargos oriundo do pleito eleitoral (senador, deputados e presidentes). Consequentemente, o

economista não apenas manteve, como ampliou a sua influência no período da redemocratização.

Como o autor resume a ascensão dos economistas:

“(...) Los centros de producción de economistas en Chile y América Latina ya no son los de antes, la economía que se practica hoy es diferente, los economistas han devinido piezas centrales en una política internacional basada em instituciones y condiciones también cambiantes, y, al mismo tempo, ya no solo participan en política en temas tradicionalmente económicos, sino que también en el desarrollo de políticas sociales e incluso en cargos políticos y de elección popular. No hay duda, los economistas son parte central en la elite actual.” (OSSANDÓN, 2011. pp. 112).

Assim, a ascensão dos economistas enquanto uma elite se deu tanto pelo contexto histórico como também pelas organizações que os Estados tiveram que desenvolver para lidar com a nova realidade da economia mundial.

3 OS PERFIS DOS ECONOMISTAS-DIRIGENTES POLÍTICOS CHILENOS (1958-2013)

Nesta seção temos como objetivo discorrer sobre os perfis dos economistas que atuaram no primeiro escalão do processo decisório na política econômica no Chile entre 1958 e 2013. Para tanto, analisamos os perfis daqueles que ocuparam cargos nas pastas do Ministério da Fazenda, do Ministério da Economia, do Ministério de Desenvolvimento Social, da Diretoria do Orçamento e da Presidência do Banco Central. A seção é dividida em duas partes, sendo que a primeira trata sobre a ascensão dos economistas no Chile e a segunda descreve os respectivos perfis.

3.1 A ASCENSÃO DOS ECONOMISTAS NO CHILE

No Chile, a presença dos economistas no Estado se deu a partir de 1958. Antes deste ano, as decisões a respeito da política econômica no Chile eram tomadas pelos profissionais que possuíam formação nas áreas do direito ou da engenharia. Depois desse ano, os governos começaram a convocar um número maior de bacharéis em economia para compor a equipe de decisão econômica do país. Sendo assim, os economistas foram aos poucos substituindo os advogados e engenheiros, constituindo uma nova elite política no Chile.

Em 1958, durante a presidência de Jorge Alessandri (1958 - 1964), pela primeira vez na história chilena, os cargos de Diretor de Orçamento (DIPRES) e de Ministro da Economia foram ocupados por economistas. No governo de Eduardo Frei Montalva (1964 – 1970), os profissionais da economia passaram a ocupar outros cargos, como a presidência do Banco Central, a direção da Oficina de Educación y Planificación (ODEPLAN) e o Ministério da Fazenda, além da DIPRES. No mandato do presidente socialista Salvador Allende (1970 – 1973), a participação dos economistas no aparelho estatal aumentou. As pastas da ODEPLAN, do Ministério da Economia, da DIPRES e da Presidência do Banco Central passam a ser ocupadas por economistas por períodos maiores do que no governo anterior. (MARKOFF e MONTECINOS, 1994).

Segundo Montecinos (1997), com o golpe militar, o ditador General Augusto Pinochet recrutou um grupo de jovens economistas para participar do governo e construir uma nova política econômica para o Chile. Esses jovens economistas, chamados de *Chicago Boys*, possuíam grande autonomia para realizar profundas reformas políticas e econômicas no Chile. Além disso, tiveram forte presença na equipe econômica de Pinochet. Por possuir tal autonomia, esse grupo de economistas conseguiu implementar o neoliberalismo, além de consolidar o papel dos economistas na formulação de políticas públicas do Estado.

No primeiro governo democrático após o golpe de 1973, a tendência à participação massiva de economistas no governo se fortaleceu. Esses profissionais passaram a dominar completamente o campo das decisões da política econômica no Chile, de tal forma que a equipe econômica do governo de Patricio Aylwin (1990-1994) foi constituída apenas por profissionais formados nos cursos de economia de diversas faculdades do Chile.

Os economistas participaram ativamente dentro do governo nas gestões da *Concertación*. Da mesma forma, também foi significativa a influência de economistas nos governos do democrata cristão Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000), dos socialistas Ricardo Lagos (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006-2010), além do governo de centro-direita de Sebastián Piñera (2010-2014).

O GRÁFICO 1 descreve a participação dos economistas comparando com demais ocupações durante os mandatos presidenciais no Chile entre os anos de 1958 e 2013.

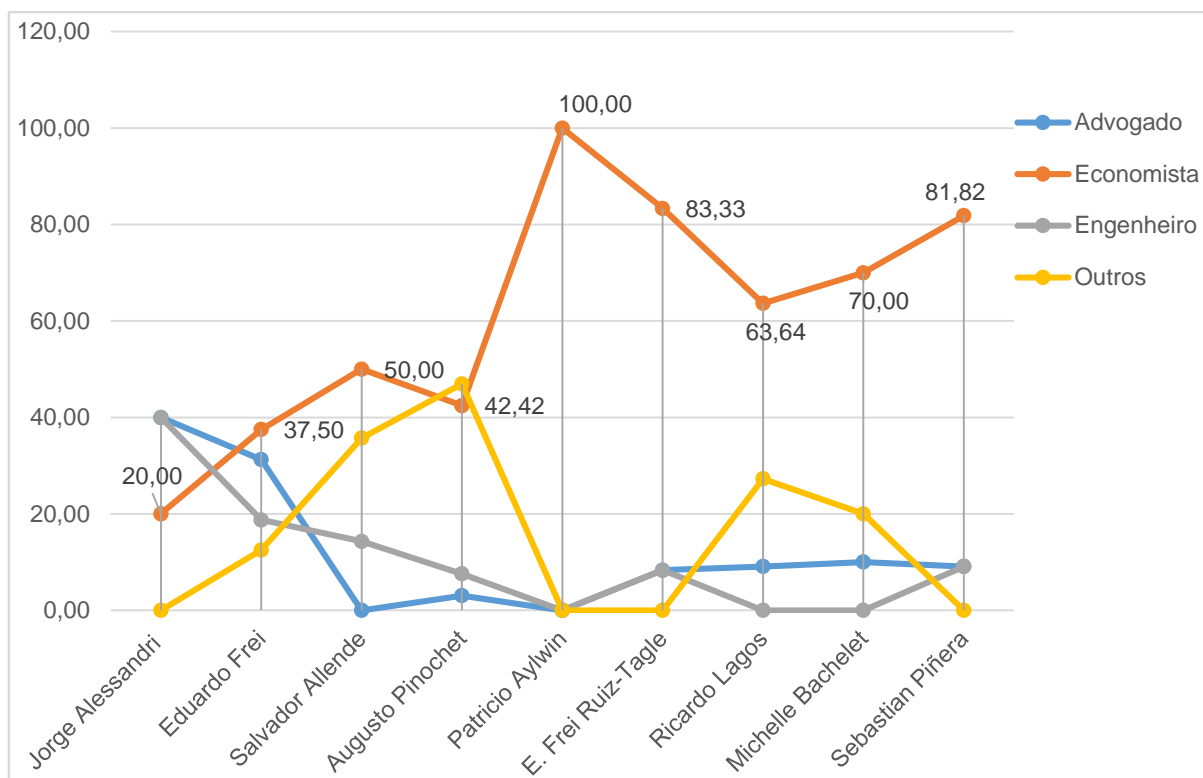


GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DE PROFISSÕES NOS MINISTÉRIOS DE DECISÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO CHILE NO PERÍODO 1958 A 2013 (N=146)
 FONTE: O autor (2014)

Conforme o GRÁFICO 1, o número de profissionais graduados em economia sofreu ascensão na participação em equipes econômicas dos governos chileno. Vemos que no governo do liberal Jorge Alessandri, a participação dos economistas era de 20%. Esta participação cresceu nos governos seguintes. Dos 20% o número sobe para 37,5% durante governo do Eduardo Frei e chega a 50% no período do governo do socialista Salvador Allende. Na ditadura militar houve uma pequena queda da presença dos economistas no governo, de 50% para 42,42%. Essa queda se deu porque, durante o golpe, militares foram nomeados para os altos cargos do executivo, inclusive para os cargos relacionados com a política econômica. (HUNEEUS, 1988). Na redemocratização, a participação dos economistas chegou a 100% durante os quatro anos de governo de Patricio Aylwin. Nos demais governos da redemocratização, os economistas tiveram participação de 83,33% no governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle, 63,64% durante a presidência de Ricardo Lagos, 70,00% no governo da socialista Michelle Bachelet e 81,82% no mandato de Sebastián Piñera.

Em quase todos os mandatos presidenciais, exceto nos mandatos de Jorge Alessandri e Augusto Pinochet, houve um predomínio de economistas no Estado.

Enquanto isso, a influência dos advogados e engenheiros diminuiu significativamente, de modo que, em alguns governos, não houve nenhuma participação destes.

O tempo de mandato dos economistas é uma variável bastante prolífica na análise de sua participação nos governos chilenos. Importa, para esta pesquisa, saber qual profissional permaneceu mais tempo na equipe econômica de um determinado governo. Algumas vezes, diante da instabilidade econômica, a equipe de ministros sofre muitas alterações, de maneira que esse cargo pode ser preenchido por diversos profissionais num período curto de tempo. Exemplo disso foi o governo de Salvador Allende, em que se revezaram quatro pessoas no cargo de Ministro da Fazenda em um período de pouco mais de um ano.

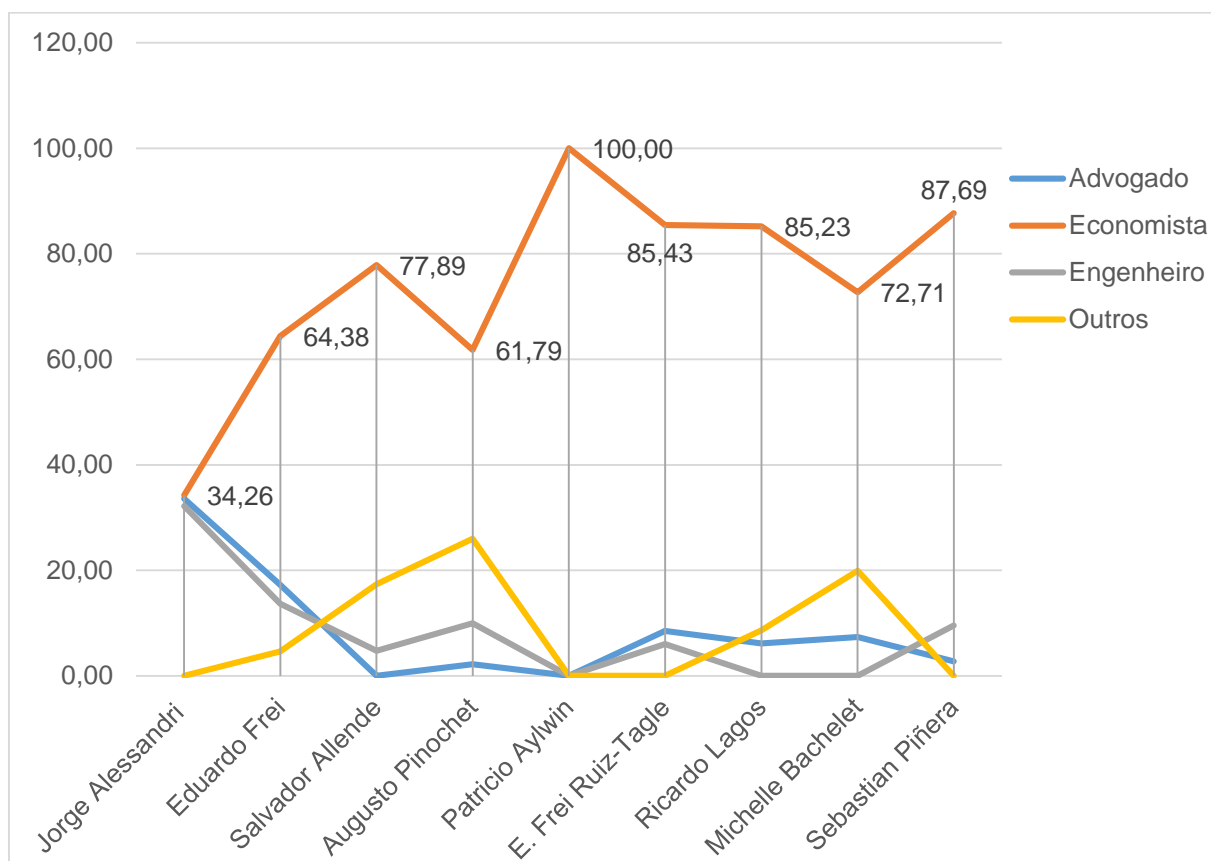


GRÁFICO 2 - PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS POR TEMPO NOS MINISTÉRIOS DE DECISÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO CHILE NO PERÍODO 1958 A 2013 (N=146)
 FONTE: O autor (2014)

De acordo com o GRÁFICO 2, o tempo de participação dos economistas-dirigentes políticos é maior que o dos demais profissionais em todos os mandatos

presidenciais. Percebemos que no governo Jorge Alessandri tal participação representa 34,26%, aumentando em 64,38% no governo de Eduardo Frei. Na presidência do partido socialista, o total chega a 77,89%. Na ditadura militar o número cai para 61,79%. Nos governos do novo período democrático chileno, a participação em tempo chega a 100% no governo do Patricio Aylwin, cai para 85,43% no mandato do Eduardo Frei Ruiz-Tagle, e cai novamente nos dois governos seguintes, o Ricardo Lagos (85,21%) e Michelle Bachellet (72,71%). Com a volta da direita ao poder, aumenta a participação por tempo dos economistas no governo, que atinge 87,69% na presidência de Sebastian Piñera.

É possível afirmar que os economistas tiveram maior tempo de participação no Estado do Chile do que as demais profissões. O mesmo sucedeu até nos governos de Jorge Alessandri e Augusto Pinochet, quando os economistas tiveram menor participação nos ministérios selecionados, conforme exposto no GRÁFICO 1.

O GRÁFICO 3 ilustra a participação dos economistas pelos cargos do alto escalão vinculados à política econômica chilena no período de 1958 a 2013:

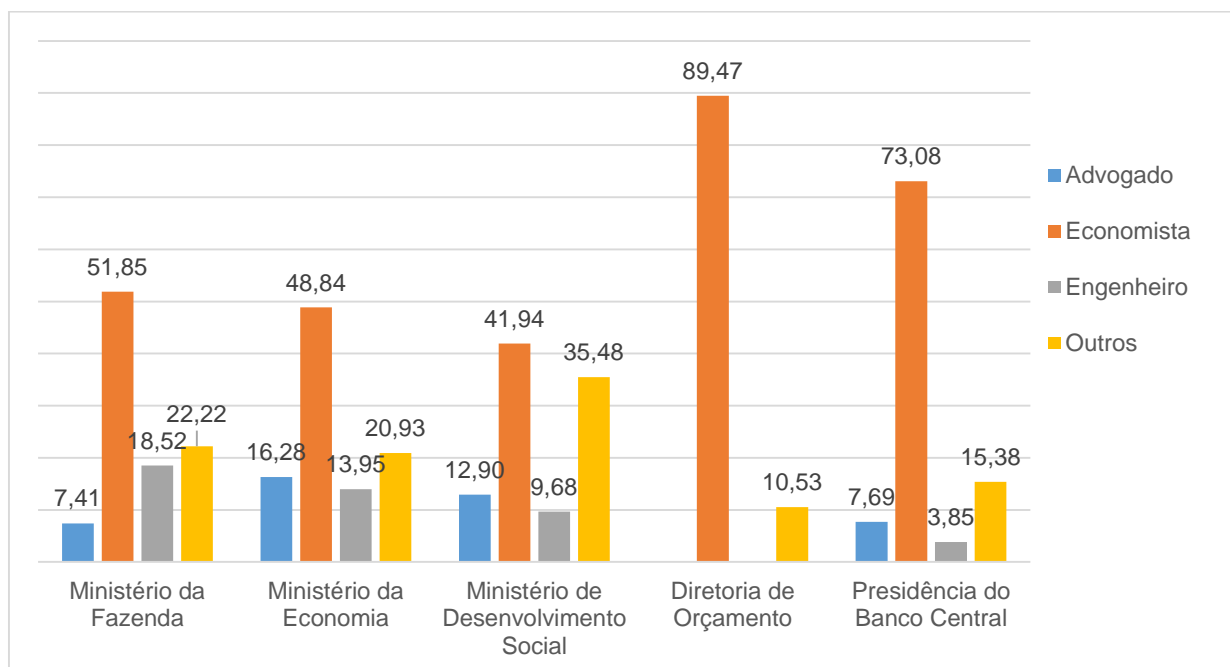


GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DE PROFISSÕES POR CARGOS ESTATAIS SELECIONADOS NO CHILE DE 1958 A 2013 (N=146)
FONTE: O autor (2014)

Percebemos que há maior presença dos economistas em todos os cargos em relação aos demais profissionais. Dos cinco cargos de alto escalão, em três deles, o Ministério da Fazenda, a Diretoria de Orçamento e a Presidência do Banco Central, observamos uma frequência de economistas maior que 50%.

O GRÁFICO 4 indica o tempo de presença do economistas na chefia dos cargos de alto escalão de decisão econômica do governo chileno.

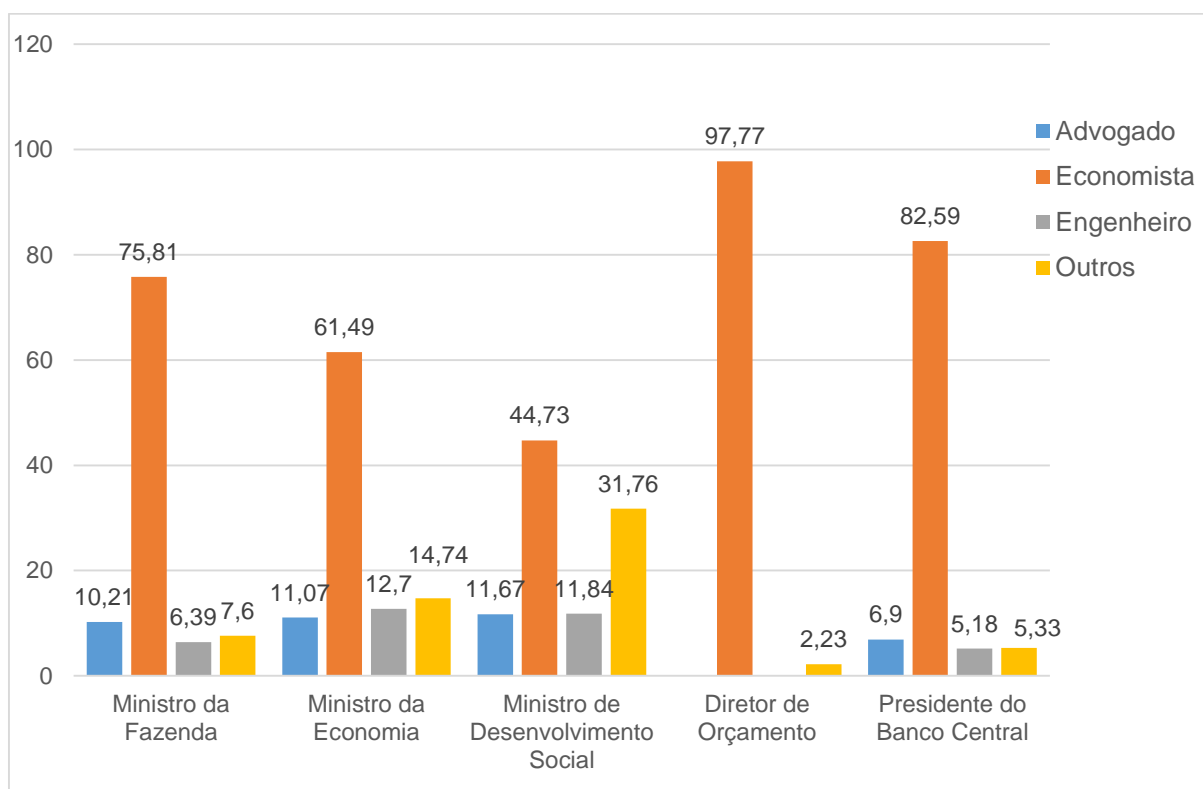


GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DE PROFISSÕES POR TEMPO NO CARGOS ESTATAIS SELECIONADOS NO CHILE DE 1958 A 2013 (N=146)
 FONTE: O autor (2014)

No GRÁFICO 4 notamos que a presença por tempo dos economistas é maior em todos os cargos, considerando a comparação com os demais profissionais. Os economistas têm presença de 75,81% no Ministério da Fazenda, 61,49% no Ministério da Economia, 44,73% no Ministério de Desenvolvimento Social, 97,77% na Diretoria do Orçamento e 85,59% no Banco Central do Chile. Os dados do GRÁFICO 4 indicam que o profissional oriundo da escola de economia do Chile possuem maior

estabilidade nos cargos do governo que os demais profissionais, uma vez que permanecem por tempo significativamente maior se comparados às outras profissões.

A partir da análise dos gráficos constatamos que é evidente que os economistas se tornaram uma nova elite política, com um campo próprio de atuação no Estado chileno. Essa elite cresceu e se consolidou com o passar dos anos, substituindo advogados e engenheiros nos cargos relacionados à Economia. Por fim, entendemos que, independentemente da ideologia do governo, de esquerda ou de direita, a nomeação dos economistas para cargos de alto escalão sempre foi constante.

3.2 OS PERFIS DOS ECONOMISTAS-DIRIGENTES POLÍTICOS

Como vimos anteriormente, os economistas representam uma elite política que substituiu advogados e engenheiros nos governos chilenos, constituindo seu próprio espaço de atuação no aparelho estatal. Nesta seção discorreremos sobre os perfis desses economistas-dirigentes políticos. O objetivo dessa seção é descrever quais eram as características sociais dessa nova elite política, construindo um retrato social dos economistas-dirigentes políticos chilenos. Para isso, recolhemos informações sobre 62 economistas que foram nomeadores para assumir cargos de alto escalão do governo chileno. Tais cargos estavam e estão relacionados diretamente com a política econômica chilena. Os perfis dos economistas estão organizados em quatro subitens. O primeiro contém as informações pessoais, o segundo contém informações de formação, o terceiro, dados de carreira e, por último, mostramos os dados sobre a militância partidária.

3.2.1 Características pessoais

Este subitem apresenta dados pessoais dos economistas, como gênero, idade em que iniciaram a carreira, além de observar se estes economistas eram oriundos de família inserida na política chilena. Outros dados pessoais, como religião

e renda, não serão apresentados, haja vista a escassez de informações disponíveis sobre todos os 62 indivíduos.

Como mostra a TABELA 1, o gênero masculino representa 96,8% dos economistas-dirigentes políticos, enquanto o gênero feminino representa apenas 3,2%. Tal qual acontece nas outras esferas da elite política chilena, os homens representam quase a totalidade do grupo, sendo muito pequena a presença de mulheres economistas nos cargos selecionados.

TABELA 1 – GÊNERO DOS ECONOMISTAS DO CHILE NO PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62)

GÊNERO	N	%
Feminino	2	3,20
Masculino	60	96,80
Total	62	100,00

FONTE: O autor (2014)

A TABELA 2 expõe os dados estatísticos sobre a idade em que os economistas-dirigentes políticos são recrutados para participar do governo:

TABELA 2 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS SOBRE A IDADE DE ENTRADA DOS ECONOMISTAS NO GOVERNO DO CHILE NO PERÍODO DE 1958 – 2013 (N=62)

N	Válido	56
	Ausente	6
Média		43,89
Mínimo		29
Máximo		60

FONTE: O autor (2014)

Conforme observamos nas tabelas 1 e 2, a a média de idade de ingresso no alto escalão da carreira pública é de aproximadamente 44 anos. Além disso, existe uma variação de idade de ingresso entre 29 a 60 anos, sendo que os mais jovens ingressam com 29 anos e os mais velhos com 60 anos.

A TABELA 3 mostra as faixas etárias em quartil destes agentes quando assumiram seus cargos públicos.

TABELA 3 – FAIXA ETÁRIA DOS ECONOMISTAS-DIRIGENTES POLÍTICOS NO GOVERNO DO CHILE NO PERÍODO DE 1958 – 2013 (N=56)

ORDEM	FAIXA ETÁRIA
1º	Até 36 anos
2º	De 37 a 44 anos
3º	De 45 a 51 anos
4º	Mais de 52

FONTE: O autor (2014)

Outra variável importante trata da questão se essa elite política possui parentesco de primeiro grau com indivíduos que tiveram vida pública no Chile. Essa variável é importante para observar se essa nova elite trata de famílias tradicionais na política chilena.

A metodologia usada foi verificar se os pais dos pesquisados tiveram alguma carreira política, como *alcalde*, deputado, senador, juiz ou ministro. Encontramos informações para 57 economistas no período selecionado. A herança política é ilustrada pela TABELA 4:

TABELA 4 – FAMÍLIA INSERIDA NA POLÍTICA POR ECONOMISTA NO CHILE DO PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62)

	N	%
Sim	10	16,10
Não	47	75,80
Sem informação	5	8,10
TOTAL	62	100,00

FONTE: O autor (2014)

A TABELA 4 mostra que apenas 16,10% tinham pais inseridos na política. A maioria, representada por 75,80%, não pertencia a uma elite tradicional na política chilena. Podemos sugerir que, em alguma medida, esses economistas são nomeados

para cargos estatais pelos seus conhecimentos especializados e não necessariamente por ser herdeiros de uma elite. De acordo com Dezalay e Garth (2005), os economistas constroem uma rede internacional de relações conforme os seus conhecimentos especializados e o desenvolvimento das suas carreiras. Portanto, esses profissionais dependem menos das relações familiares para obter nomeações para um importante cargo no Estado. Por conta dessas relações mais meritocráticas, os descendentes da elite tradicional sejam menos qualificados que aqueles que possuem uma carreira mais prestigiosa.

3.2.2 A formação escolar

Aqui, avaliaremos os dados referentes à formação escolar dos 62 indivíduos. Apresentaremos em quais instituições e órgãos esses agentes obtiveram seu saber técnico acerca da matéria da economia.

A TABELA 5 exibe as universidades frequentadas por esses economistas:

TABELA 5 – UNIVERSIDADE POR ECONOMISTA NO CHILE DO PERÍODO DE 1958 A 2013.

UNIVERSIDADE	N	%
Universidade Católica de Valparaíso	1	1,60
Universidade Católica do Chile	21	33,90
Universidade de Santiago	1	1,60
Universidade de Yale	1	1,60
Universidade do Chile	38	61,30
TOTAL	62	100,00

FONTE: O autor (2014)

Conforme observamos na TABELA 5, a maior parte dos economistas-dirigentes políticos se graduaram ou na Universidade do Chile (61,30%) ou na Universidade Católica do Chile (33,90%). As demais instituições de ensino (Universidade Católica de Valparaíso, Universidade de Santiago e Universidade de Yale) representam cada uma, 1,6% da titulação desses agentes. Essa concentração ocorre justamente porque tanto a Universidade do Chile e Universidade Católica do

Chile são as principais escolas de ciência econômica. Além disso, essas instituições promoviam o debate entre os estruturalistas e os monetaristas⁹

As TABELAS 6,7 e 8 ilustram quantos economistas-dirigentes políticos possuíam pós-graduação antes de entrar no governo, quais foram os programas de pós-graduação que esses indivíduos cursaram e em quais países esses economistas aprimoraram a sua formação após a graduação.

TABELA 6 – NÚMERO DE ECONOMISTAS COM PÓS-GRADUAÇÃO NO CHILE DO PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62)

	N	%
Sim	55	88,70
Não	7	11,30
TOTAL	62	100,00

FONTE: O autor (2014)

Assim, a TABELA 6 mostra que 88,70% dos economistas do governo chileno possuem pós-graduação. Esse dado é explicado principalmente por dois motivos. O primeiro trata do convênio Universidade Católica do Chile e Universidade de Chicago firmado a partir do ano de 1956. Esse convênio resultou no ingresso de estudantes de economia da PUC-CH na Universidade de Chicago. Com o golpe militar em 1973, esses jovens economistas passariam a compor a equipe econômica do Pinochet (VÁLDES, 1989). O outro motivo diz respeito aos grupos de oposição à ditadura militar. Com o golpe militar, muitos dos indivíduos que estiverem presente nos governos da *Concertación*, passaram esse período do regime militar no exterior, onde aprimoraram sua formação acadêmica cursando os programas de pós-graduação nos países em que residiam. Mesmo aqueles que permaneceram no Chile durante o golpe militar puderam ingressar em programas de pós-graduação haja que havia convênios

⁹ Os estruturalistas e os monetaristas representam dois grupos de economistas de visões distintas acerca do desenvolvimento latino-americano. O estruturalismo, de forma resumida, propõe que, para que a economia dos países da América Latina se desenvolva, é preciso intervenção do Estado para implementar políticas de proteção da indústria nacional e promover reformas como, por exemplo, as reformas agrária e tributária. Para maior detalhes da teoria estruturalista, ver Prebisch (2000) e Rodrigues (2009). Os monetaristas defendem que, para que a economia se desenvolva, o mercado deve ser livre, pois a intervenção do Estado prejudicaria a dinâmica do mercado, resultando em ineficiência.

institucionais mantidos entre os centros de pesquisa e universidades estrangeiras. (SILVA, 2010).

TABELA 7 – PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO FREQUENTADOS PELOS ECONOMISTAS-DIRIGENTES POLÍTICOS CHILENOS (N=62)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	N	%
Commissariat general du Plan	1	1,60
Instituto de Tecnologia de Massachusetts	3	4,80
Universidade da Califórnia	3	4,80
Universidade da Columbia	1	1,60
Universidade de Boston	2	3,20
Universidade da Califórnia em Berkeley	1	1,60
Universidade de Cambridge	1	1,60
Universidade de Chicago	16	25,80
Universidade de Columbia	1	1,60
Universidade de Harvard	11	17,70
Universidade de Paris X Nanterre	1	1,60
Universidade de Pensilvânia	1	1,60
Universidade de Pittsburgh	1	1,60
Universidade de Sussex	1	1,60
Universidade de Wisconsin	1	1,60
Universidade do Chile	1	1,60
Universidade Ramon Llull	1	1,60
Universidade Yale	3	4,80
Universidade de Cuba	1	1,60
Sem informação	4	6,50
Não	7	11,30
Total	62	100,00

FONTE: O autor (2014)

A TABELA 7 descreve que uma parte significativa dos economistas obteve seu título em dois programas de pós-graduação. A Universidade de Chicago (25,80%) e a Universidade de Harvard (17,70%) concentram quase metade dos egressos que compuseram equipes econômicas no governo chileno. Uma vez que os economistas presentes no governo ditatorial de Augusto Pinochet tinham cursado, na maior parte, a Escola de Economia da Universidade de Chicago, então, era de se esperar que este centro universitário tivesse mais peso que as outras instituições. A formação dos

demais economistas, cerca de 45,20%, está distribuída entre 17 diferentes centros universitários.

TABELA 8 – PAÍS DE POS GRADUAÇÃO POR ECONOMISTA NO CHILE DO PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62)

PAÍS	N	%
Chile	1	1,60
Cuba	1	1,60
Espanha	1	1,60
Estados Unidos	45	72,60
França	2	3,20
Reino Unido	2	3,20
Outras Regiões	3	4,80
Não	7	11,30
Total	62	100,00

FONTE: O autor (2014)

Segundo a TABELA 8, 72,60% dos economistas realizou seus estudos em centros universitários localizados nos Estados Unidos. Embora a Universidade de Chicago e a Universidade de Harvard representem a maior parte dos 72,60%, cerca de 30% deste valor estudaram em outros centros universitários dos Estados Unidos, como o Instituto de Tecnologia de Massachussetts, a Universidade da Califórnia, a Universidade de Boston, a Universidade de Yale, entre outros.

3.2.3 Carreira

Nesta subseção discutiremos dados sobre a carreira dos economistas-dirigentes políticos, em especial o período anterior à nomeação destes para assumir cargos de primeiro escalão no Estado chileno. Primeiro exporemos os dados daqueles que tiveram carreira em agências internacionais como, por exemplo, Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entre outros. Depois, verificamos a presença desses

economistas em agências *think tanks*¹⁰, tais como *Corporación de Estudios para Latinoamérica* (CIEPLAN), *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESOC), *Centro de Estudios Públicos* (CEP), *Grupos Tantaucos*, *Instituto Libertad*, *Instituto Libertad y Desarrollo*, *Fundación Chile 21*, *Expansiva*, CEPAL¹¹, etc.

A TABELA 9 apresenta dados referentes à participação dos economistas-dirigentes políticos em agências internacionais e a TABELA 10 expõe dados referentes à inserção destes em agências *think tank*:

TABELA 9 – PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMISTAS POR AGÊNCIAS INTERNACIONAIS NO CHILE DO PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62)

	N	%
Sim	26	41,90
Não	35	56,50
Sem informação	1	1,60
TOTAL	62	100,00

FONTE: O autor (2014)

TABELA 10 – PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMISTAS POR AGÊNCIAS THINK THANK NO CHILE ENTRE O PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=62)

	Frequência	Porcentual
Sim	26	41,90
Não	36	58,10
TOTAL	62	100,0

FONTE: O autor (2014)

Observamos que, dos 62 economistas, 56,50% não trabalhou em nenhuma agência internacional antes da sua entrada ao governo, enquanto 41,90% teve carreira em agências internacionais. Ao mesmo tempo, segundo a TABELA 10, a

¹⁰ As agências *think tanks* podem ser definidas como centros de pesquisas, produção e articulação de conhecimentos e possuem diversas funções. Uma das funções mais conhecidas é pautar políticas econômicas e sociais do governo por meio de artigos publicados em suas coleções de periódicos (RIGOLIN, HAYASHI, 2012).

¹¹ A CEPAL é considerada, neste trabalho, como uma agência *think tank*, pois desde sua fundação em 1948, essa instituição tem debatido as políticas econômicas e sociais dos países latino-americanos em sua revista, além de organizar cursos e palestras, por meio da ILPES. A CEPAL foi responsável pela formulação do pensamento econômico estruturalista que serviu de base para as reformas que ocorreram no Chile no período de 1964 a 1973.

carreira em agências *think tank* é proporcionalmente equivalente ao número de agências internacionais. Cerca de 41,90% dos economistas atuaram em agências *think tanks* contra 58,10% que nunca participaram dessas instituições.

Embora a participação em agências internacionais e nas *think tanks* não represente a carreira da maioria dos economistas-dirigentes políticos selecionados, esses dados são relevantes para classificar de alguma maneira as carreiras dos economistas-dirigentes políticos. Como mencionamos anteriormente, segundo Loureiro (1997), em sua pesquisa sobre os economistas no governo brasileiro, a trajetória da carreira dos economistas-dirigentes políticos, em geral, está organizada da seguinte forma: universidade → governo → consultoria privada. No estudo dos economistas do governo do Chile, podemos inferir, tendo em vista os dados presentes nas TABELA 9 e 10, que existem outras duas trajetórias de carreiras, além da descrita anteriormente. As duas trajetórias de carreira estão organizadas desta maneira: universidade → agência internacional → governo → consultoria privada; e, também: universidade → agências *think tanks* → governo → consultoria privada.

3.2.4 Militância Partidária

Nesta subseção apresentaremos os dados acerca da militância partidária dos economistas. Conforme mencionamos anteriormente, os economistas que são nomeados para assumir um cargo de alto escalão representam o grupo de tecnocratas. Segundo Joignant (2011), os tecnocratas são divididos em três tipos: os tecnocratas pragmáticos, os tecnocratas políticos e os *technopols*. A partir dos dados levantados pudemos identificar a qual conjunto os economistas chilenos pertencem. É importante ressaltar que, pela escassez de informações sobre a carreira partidária desses agentes, a análise será limitada apenas à identificação entre tecnocratas pragmático e político, uma vez que os *technopols* são aqueles tecnocratas que assumiram cargos de alto prestígio dentro do partido. Também, tivemos que retirar da análise sete economistas porque para ser classificado como tecnocrata pragmático ou político é necessário possuir pós-graduação. Como a TABELA 6 demonstra, dos 62 economistas, apenas 55 possuem pós-graduação.

A TABELA 11 expõe os dados sobre o número de filiados em partidos políticos.

TABELA 11 – MILITÂNCIA PARTIDÁRIA DOS ECONOMISTAS NO CHILE ENTRE O PERÍODO DE 1958 A 2013 (N=55)

	N	%
Sim	29	52,70
Não	23	41,80
Sem informação	3	5,50
TOTAL	55	100,0

FONTE: O Autor (2014)

Segundo a TABELA 11, 52,70% dos economistas são considerados tecnocratas políticos, já que possuem uma vida partidária. Outros 41,80% são tecnocratas pragmáticos, posto que não são filiados a nenhum partido político. Desse modo, os economistas-dirigentes políticos tendem a possuir uma vida política organizada em partidos. A TABELA 12 descreve em que espectro ideológico se concentram os tecnocratas políticos.

TABELA 12 – TECNOCRATAS POLÍTICOS POR ESPECTRO IDEOLÓGICO (N=29)

Espectro Ideológico	N	%
Centro Esquerda	23	79,31
Direita	6	20,69
TOTAL	29	100,00

Fonte: O Autor (2014)

A TABELA 12 indica que a maioria dos tecnocratas políticos são filiados a partidos de centro-esquerda (82,14%). Os demais (17,86%), como observamos, são filiados a partidos de direita. Não há nenhum tecnocrata político filiado a partidos de esquerda, como o Partido Comunista (PC), ou a partidos de centro direita, como o Renovação Nacional (RN). Os tecnocratas políticos de centro esquerda são filiados a partidos como o Partido Socialista (PS), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o

Partido pela Democracia (PPD). Os tecnocratas políticos de direita, por sua vez, são filiados a partidos como a União Demócrata Independente (UDI).

A ausência dos economistas nos partidos Renovação Nacional e o Partido Comunista é explicada por Montecinos (1997). Segundo a autora, o RN é um partido tradicionalmente dominado por advogados. Os políticos tradicionais costumam se opor à participação de economistas no partido, pois aqueles consideram que os economistas trazem um grande custo político ao partido, atribuindo este custo ao desrespeito dos economistas à disciplina partidária. Como os economistas não estão disposto perder a sua autonomia e reputação profissional, tendem a não obedecer aos líderes políticos do partido, inclusive quando se votam leis importantes no Congresso. Para Montecinos (1997), o PC, após o golpe, deu maior importância à moral e à tática revolucionária do que à incorporação de elementos econômicos e técnicos. Além disso, quando teve início a onda de protestos contra a ditadura de Pinochet, em 1983, os partidos de oposição ao regime começaram a cooperar entre si. Entretanto, o PC optou por suspender a política de aliança e aderiu à guerrilha como tática de confronto ao regime. Assim, os comunistas ficaram isolados dos esforços da *Concertación*. Daí concluímos que o papel que os economistas tiveram nos demais partidos da oposição não se desenvolveu no PC. Cabe ressaltar também que os comunistas, após o golpe militar, voltariam a ocupar cargo de representação política somente em 2014¹². (MONTECINOS, 1997).

¹² La Tercera 18/03/2014 “El día que volvió el partido comunista”

4 GOVERNOS E OS PERFIS DOS ECONOMISTAS

Nesta seção apresentaremos o contexto histórico da tecnocracia chilena entre 1958 e 2013. O objetivo desta contextualização é buscar evidências de como a tecnocracia se desenvolveu em cada governo chileno. Pretendemos descrever em quais governos a tecnocracia teve maior ou menor importância e apreender que conflitos ocorreram entre os tecnocratas e a classe política chilena no período. Desde 1958 os economistas têm atuado no governo chileno enquanto tecnocratas. Conforme dissemos acima, a presença desses profissionais no governo chileno aumentou com o passar dos anos.

Buscaremos observar empiricamente a relação dos perfis dos economistas-dirigentes políticos com a ideologia política dos governos, isto é, apreender se existe diferença substancial entre os perfis dos economistas que participaram nos governos de esquerda e de direita.

4.1 A TECNOCRACIA NO CHILE (1958 - 2013)

4.1.1 O governo de Jorge Alessandri (1958 a 1964)

Após 20 anos de ausência no poder, a direita chilena chegou à presidência da república. O candidato conservador Jorge Alessandri ganhou as eleições presidenciais numa disputa acirrada. Nestas eleições concorreram, principalmente, quatro candidatos: Eduardo Frei Montalva do Partido Demócrata Cristão (PDC), Jorge Alessandri Rodriguez enquanto candidato independente, Luis Bossay do *Partido Radical* (PR) e Salvador Allende do Partido Socialista (PS). Nessa disputa eleitoral, Jorge Alessandri venceu com 31,2% dos votos. Salvador Allende foi o segundo colocado, com 28,6%. O terceiro lugar foi de Eduardo Frei com 20,5% e o último foi o candidato Luis Bossay, com 15,2% dos votos. (MONTECINOS, V. 1998). A carreira política para a presidência iniciou com as eleições parlamentárias, em março de 1957, quando Jorge Alessandri, apoiado pelo Partido Liberal, obteve alta votação para o

senado. Outro fato importante foi a desistência da candidatura a presidente de todos os militantes do Partido Liberal na eleição de 1958. Por conta deste fato, Jorge Alessandri pode se candidatar e receber apoio de todos os partidos de centro-direita e direita, mantendo uma imagem de candidato independente em relação às velhas políticas partidárias no país. (CLAVEL. 2005).

Durante o governo de Jorge Alessandri foi adotada a filosofia tecnocrática. Desde o início do mandato, o presidente recrutou indivíduos com perfil tecnocrático para assumir cargos de alto escalão. Essa filosofia já vinha do governo anterior do radical Coronel Ibañez¹³, que se declarava contra a forma como os partidos faziam política.

Alessandri tinha o discurso organizado com base na oposição binária entre técnica e política. Segundo MOULIAN, T. (1982. pp. 24), essa oposição acontecia porque “(...)la política era vista como el mundo obscuro de los intereses corporativistas, mientras que la técnica era presentada como el mundo racional de toma de decisiones.” Entretanto, segundo Silva, P (2010), a visão tecnocrática durante o governo era de enfrentamento à tecnoestrutura estatal¹⁴, com o intuito de reduzir o papel do Estado na economia e ampliar a participação dos empresários e do mercado. O objetivo principal era colocar os empresários do setor privado no centro do processo de desenvolvimento. Para diminuir a influência do Estado, Alessandri buscou atacar a tecnocracia presente nas agências estatais. Então, os tecnocratas foram substituídos por representantes do empresariado chileno e tecnocratas do setor privado¹⁵. Esse movimento teve um profundo impacto sobre os tecnocratas chilenos. Somente após 1973, a tecnocracia estatal recuperaria sua posição privilegiada dentro do Estado chileno.

Embora Jorge Alessandri tenha, aparentemente, alcançado sucesso ao diminuir a influência da classe política tradicional e da tecnocracia estatal, a política econômica de corte de gastos públicos não obteve êxito. Os sindicatos, os partidos

¹³ Na campanha do Coronel Ibañez, foi utilizada como logomarca uma vassoura. A vassoura indicava que, durante seu mandato, iria “varrer” a ineficiência, a corrupção e os interesses mesquinhos da política partidária. (Silva, P, 2010. pp. 120).

¹⁴ No período de 1932 a 1958, o Estado chileno passou por transformações significativas, de tal forma que a estrutura estatal era voltada, principalmente, para o planejamento econômico, desenvolvimento da infraestrutura e políticas sociais. Essas transformações resultaram no aumento da participação da burocracia estatal na economia chilena. (Tomassini, L. 2009).

¹⁵ A esse movimento de substituição foi dado o nome de “La revolución de los gerentes”. Esse nome foi dado em referência ao livro de James Burnham, “La Revolución de los Directores” (1967). (Silva, P. 2010. pp. 122).

de esquerda e os dirigentes industriais fizeram oposição às medidas econômicas adotadas nesse período. Alessandri, na metade de seu mandato, foi obrigado a abandonar a filosofia tecnocrática e voltar à forma tradicional de governar. Consequentemente, a tentativa de liberar o mercado das regulações e controles estatais foi interrompida. Na política, o presidente teve que buscar apoio com os partidos Radical, Liberal e Conservador para fortalecer sua base política de governo. O resultado desse apoio foi a renúncia de quase todos os empresários que ocupavam cargos no governo. Em seguida, esses cargos foram preenchidos pelos membros do Partido Radical. Depois, os radicais, liberais e conservadores formaram a Frente Democrática, que tinha por finalidade ocupar e decidir posições estratégicas dentro das instituições estatais durante a presidência de Alessandri. (SILVA, P. 2010).

4.1.2 O governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970)

O governo Alessandri fracassou na tentativa de implantar uma economia de mercado. Eduardo Frei Montalva assumiu a presidência em 1964, com a proposta de aprofundar as reformas estruturais no Chile. Na eleição de 1964, Montalva se apresentava como alternativa ao programa de esquerda. Com essa plataforma venceu a eleição com 55,7% dos votos, contra 38,6% obtido pelo candidato socialista Salvador Allende. Em último lugar ficou o candidato Julio Durán Neumann do *Partido Radical*, que teve 4,9% dos votos. (MONTECINOS, V. 1998).

O governo de Eduardo Frei, diferente do anterior, contou com grande apoio do parlamento. O PDC obteve 82 de 147 cadeiras na câmara dos deputados, um feito único, já que nenhum governo anterior conseguiu eleger tantos deputados de um só partido. Para evitar que os partidos de esquerda avançassem na política chilena, Frei recebeu apoio dos Estados Unidos para o estabelecimento de um programa reformista no Chile. O governo teve liberdade para aplicar sua política de reforma e, ao mesmo tempo, o corpo de tecnocratas não teria que se preocupar com os “jogos políticos”, já que o PDC mantinha maioria no congresso. (SILVA, P. 2010).

Em seu governo, Frei atribuía um papel central ao quadro de tecnocratas na formulação e execução do programa de governo. Os tecnocratas, até então profissionais com titulação de advogado e engenheiro, passaram a ser os

economistas, principalmente aqueles ligados à CEPAL. A importância dos economistas para Frei é descrita na entrevista de um ministro, advogado, de Eduardo Frei:

“Frei dava muita, muita relevância aos conhecimentos econômicos; ele era um homem mui cepalino (...). Ele se inspirou muito, colaborou na montagem e na instalação da CEPAL com sede no Chile e sempre os homens do Presidente Frei foram muito vinculados à economia. Acredito que as influências das opiniões dos economistas foram sempre muito determinantes para a opinião do Presidente Frei e as resoluções que adotou em seu governo, as inspirações do programa. Frei viveu rodeado de economistas e Frei era um homem que tinha grande respeito por essa profissão e pelo técnico; a maior parte de assessores com influência sobre Frei foram os economistas. (MONTECINOS, V. 1998, pp. 46, tradução nossa)”.

Entretanto, essa confiança de Eduardo Frei nos economistas não era consenso dentro do Partido Demócrata Cristã. Para os políticos tradicionais, o protagonismo dos jovens economistas dentro do aparato estatal era um grande erro. Essas posições incitaram um conflito com os economistas dentro do PDC. Em entrevista com um ex-ministro de Frei, é nítida a posição contrária à presença dos economistas na tomada de decisão:

“Acredito que o grande erro dos economistas foi o de ocuparem os cargos políticos. Precisam saber outras coisas distintas, que não as ensinam na Escola de Economia: como se dirige com a opinião pública, e o trato com os meios de comunicação (...). É necessário medir os custos políticos de uma determinada política; e isso não podem fazer os economistas. A gente pensa que se trata de algo muito técnico (...), pois foi um erro nomear economistas como ministros. Eu acredito que Frei jamais pensou nisso”. (MONTECINOS, V. 1998, pp. 47, tradução nossa).

Esse impasse resultaria em sério problema durante o governo de Eduardo Frei.

Durante esse período, foi criada a ODEPLAN, que era uma instituição com o objetivo de melhorar as políticas de planejamento econômico. A ODEPLAN ficou sob a tutela do gabinete da presidência no início de seu mandato, mas sua inauguração oficial ocorreu apenas em 1967. A ODEPLAN tinha como missão sistematizar e atualizar dados estatísticos sobre os diversos setores da economia e quantificar os déficits em três temas (habitação, emprego e educação). Além disso, a ODEPLAN organizava um plano operativo anual do governo. Este plano foi resultado do trabalho de vários grupos ligados aos ministérios e instituições que tinham responsabilidades com o campo econômico e social no Chile. A instituição também criou cursos voltados

para a elaboração dos desenhos sobre a política regional. Desse modo, a ODEPLAN teve um papel estratégico para a formulação do planejamento econômico no Chile. (SILVA, P. 2010).

Como dito anteriormente, a política econômica no mandato de Eduardo Frei se caracterizou pelas reformas estruturais embasadas pelo pensamento cepalino. Essas reformas eram a descentralização administrativa, a reforma agrária, a mudança no sistema de impostos, as políticas educacionais, as reformas sociais e o fortalecimento do planejamento econômico. (MONTECINOS, V. 1998).

A dificuldade dos tecnocratas de lidar com os empresários e com a opinião pública acarretou problemas para a consolidação de reformas importantes no Chile. A administração do PDC trouxe sua própria equipe técnica, não havendo assim a participação prévia entre os ministros e os empresários na elaboração da política econômica. (SILVA, P. 2010). Outro problema foi o excesso de confiança dos tecnocratas em sua capacidade de cumprir as metas propostas. Um exemplo disso foi o da política de reforma agrária. De acordo com o programa de Eduardo Frei, seriam beneficiadas 100 mil famílias camponesas. Durante a sua gestão, contudo, foram amparadas apenas 28 mil famílias. Por mais que esse número tenha sido impressionante, a meta de 100 mil famílias proposta pelos tecnocratas deu a impressão para a opinião pública de que o programa de reforma agrária foi um fracasso. (SILVA, P. 2010).

A tecnocracia do PDC teve, como dissemos acima, enorme dificuldade em lidar com os políticos. Uma ilustração dessa dificuldade foi o caso do economista Sergio Molina. Molina foi ministro da Fazenda, pretendeu aprovar pelo congresso um programa que tinha como objetivo aumentar a poupança interna. Mas, pela falta de habilidade política em escolher o momento e a forma corretos para apresentar a proposta, além de não ter feito um trabalho político prévio para ganhar apoio entre as organizações sindicais, patronais e dos partidos, o resultado foi a rejeição do programa. (SILVA, P. 2010).

Na fase final da presidência, Eduardo Frei teve que enfrentar tanto a oposição interna do próprio partido, como as demais forças políticas do país. A direita rejeitava o mandato por conta das políticas econômicas e sociais; principalmente, a reforma agrária. Já a esquerda usou do descontentamento da população para promover o seu programa, argumentando que, caso assumisse o executivo, iria intensificar e apressar o processo de mudanças iniciadas no governo anterior. Essas oposições limitaram o

Partido Demócrata Cristiano e, conseqüentemente, esse não teve condições para construir uma proposta eleitoral para as eleições de 1970. (SILVA, P. 2010)

4.1.3 O governo de Salvador Allende (1970-1973)

Em 1970, as forças de esquerda no Chile se uniram em uma coligação chamada *Unidad Popular* (UP)¹⁶. A UP venceu as eleições com um programa de governo bastante radical. Um dos principais pontos era “(...) *la tarea fundamental que el Gobierno del Pueblo tiene ante sí, es terminar con el dominio de los imperialistas, los monopolios y la oligarquía terrateniente e iniciar la construcción del socialismo en Chile*” (UP, 1969, pp. 10). Essa proposta dava a entender que não se tratava mais de reformas, mas sim de fazer mudanças estruturais para a construção do socialismo. Nessa disputa, Allende, pelo *Partido Socialista*, obteve 36,2% dos votos. O ex-presidente Jorge Alessandri obteve 34,9% dos votos e Radomiro Tomic, pela PDC, obteve 27,8% dos votos. (MONTECINOS, V. 1998). Como Allende não possuía uma maioria significativa, a eleição de 1970 teve que ser decidida pelos parlamentares do Congresso Nacional do Chile. Assim, Salvador Allende, com o apoio do PDC, obteve 153 votos contra 35 votos para Jorge Alessandri.

Salvador Allende, assim como o governo anterior, também tinha uma equipe técnica formada por economistas e sociólogos que possuíam vínculo com a CEPAL. Em uma entrevista, um sociólogo chileno descreve que “a única diferença entre Allende e Frei é que Allende tem o Capital¹⁷ em uma mão e os documentos da CEPAL na outra, já o Frei tem o *Pope's Encyclicals* em uma mão e os documentos da CEPAL em outra.” (MONTECINOS, V. 1998, pp 53. tradução nossa). Ou seja, Allende tinha confiança nos estudos feitos pelos cepalinos sobre a economia e a sociedade.

No início do mandato, Allende incorporou os tecnocratas em sua administração. Uma ilustração desse fato foi que a nomeação de Pedro Vuskovic para ministro da Economia se deu por uma decisão pessoal do próprio presidente. Vuskovic

¹⁶ Integraram a UP os seguintes movimentos: o *Partido Socialista*, o *Partido Comunista*, o *Movimiento de Acción Popular Unitario* (MAPU), a *Acción Popular Independiente* (API) e o *Partido Social Demócrata* (PSD).

¹⁷ Refere-se ao livro escrito por Marx

foi economista da CEPAL por 20 anos e não era filiado a nenhum partido que compunha a UP. A sua presença no governo foi resultado de seu perfil técnico e recebeu alto grau de autonomia para a elaboração dos planos econômicos durante a gestão de Allende. Igualmente, Allende nomeou economistas, pelo perfil técnico, tanto para o cargo de diretor da ODEPLAN como para os cargos executivos de várias empresas estatais, entre outros cargos importantes no governo. (SILVA, P. 2010).

A ODEPLAN continuou com a função de desenvolver o planejamento nacional. Gonzalo Martner, ex-economista da CEPAL e diretor da ODEPLAN, elaborou uma estrutura de planificação nacional que operava através do Conselho de Desenvolvimento Nacional. Esse conselho tinha status consultivo e dele participavam funcionários do governo, ministros das áreas econômica e social, seis representantes dos trabalhadores e seis representantes do empresariado. Da mesma maneira, a ODEPLAN funcionava como secretaria técnica e era o lugar em que se discutiam os planos de médio e longo prazo. Em 1971, a ODEPLAN publicou um extenso plano nomeado "*Plan de seis anos, 1971-1976*". Esse plano estava organizado em 16 volumes com a descrição de planos nacionais e regionais que tinham como finalidade o desenvolvimento econômico e social durante a governança de Salvador Allende. Infelizmente, esse plano nunca conseguiu ser aplicado, pois a falta de articulação eficiente entre os líderes políticos e econômicos com os objetivos do governo causou diversas crises econômicas, o que dificultou a implantação dos planos. (SILVA, P. 2010). O obstáculo para os tecnocratas dentro da presidência de Allende deu-se pelo enfrentamento com os políticos e os intelectuais de esquerda.

As transformações econômicas tinham um papel fundamental na agenda política da UP, focada na apropriação de empresas, bancos e terras e, numa escala menor, na eficiência produtiva da economia. Assim, a agenda estava centrada na tomada do poder das elites tradicionais, colocando em segundo plano questões relacionadas com a administração do Estado e com a política econômica. Como mencionamos anteriormente, no início do governo de Allende havia uma preocupação com o planejamento estatal e a com eficiência econômica e administrativa por parte do presidente e de sua equipe técnica. Porém, pelos conflitos políticos¹⁸ e, consequentemente, pelas crises econômicas e sociais, ocorreu o abandono de

¹⁸ A *Unidad Popular* nunca teve a maioria do congresso, o que dificultava a governabilidade. Como resposta ao seu programa radical, aconteceram greves patronais durante o mandato da UP, ocasionando grande instabilidade política e econômica.

planejamento por parte do poder executivo. Desse modo, a administração pública, a forte polarização e a radicalização foram elementos que criaram certo sectarismo nas repartições públicas entre as forças da UP e a tecnocracia estatal. O sectarismo ocasionou a renúncia dos tecnocratas e a substituição deles por intelectuais de esquerda. Estes últimos, por sua vez, atuaram como os principais arquitetos dos projetos de mudanças e também como orientadores para a luta ideológica e política contra a força da oposição, fortalecendo o radicalismo na sociedade chilena. (SILVA, P. 2010).

A administração estatal chilena no governo Allende tinha “cotas políticas” para incluir a participação dos partidos políticos que formaram a UP. Cada partido demandava o controle de algum ministério ou organismo público, de modo que Allende não pode limitar a influência dos partidos na política econômica. Um exemplo dessa influência foi a nomeação do político Americo Zorrilla, do Partido *Comunista*, para o Ministério da Fazenda. O efeito das cotas foi o enfraquecimento do caráter técnico das diversas agências públicas. Na medida em que passavam os anos do mandato de Allende, a radicalização foi sobrepondo o papel dos economistas na administração. (SILVA, P. 2010).

O período da tentativa de implantação do socialismo no Chile terminou com um violento golpe de Estado encerrando a história da democracia chilena. O sonho da *Unidad Popular* em construir uma sociedade mais igualitária e humana terminou com o bombardeio ao palácio *La Moneda*, sede do governo, e com o suicídio de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. A partir dessa data, a política econômica, o papel do Estado e o poder dos tecnocratas mudaram drasticamente.

4.1.4 O período da ditadura militar (1973-1980)

Com o golpe militar de 11 de setembro de 1973, chegou ao fim o período democrático chileno. A aplicação do decreto-lei 27 do dia 21 de setembro de 1973 estabeleceu a dissolução do Congresso Nacional e declarou cassadas as funções parlamentares a partir daquela data. Em seguida, formou-se uma junta militar composta pelo Comandante em Chefe do Exército Augusto Pinochet Ugarte, o Comandante em Chefe da Força Área Gustavo Leigh Guzmán, o Comandante em

Chefe da Marinha José Toribio Merino e pelo Diretor da Polícia General César Mendoza Dúran. Em 1974, o ditador General Pinochet foi empossado presidente do Chile. (GÓNGORA, M. 1981).

O governo militar de Augusto Pinochet, além de cometer vários crimes contra a humanidade, mudou o rumo da economia chilena. Baseada na ideia da racionalidade econômica, a equipe econômica da ditadura buscou uma transformação na economia que acabaria com o subdesenvolvimento. Inspirado no modelo do neoliberalismo, o governo eliminou o controle de preços, realizou a abertura comercial à competição internacional e deu incentivo às exportações, promoveu a privatização de empresas públicas, além de devolver as empresas estatizadas durante o governo da *Unidad Popular*. (HUNEEUS, 1998).

Os *Chicago Boys* foram a principal equipe econômica no governo do ditador Augusto Pinochet que idealizou e implementou o modelo econômico neoliberal no Chile. Denominaram-se *Chicago Boys* por se tratarem de um grupo de estudantes oriundos da Universidade Católica do Chile e da Universidade do Chile que, através do convênio **UC-Chicago**, puderam estudar no programa de pós-graduação da Escola de Economia da Universidade de Chicago. (VALDÉS, J. 1989).

Esse grupo de estudantes, quando retornou ao Chile, formou um coletivo de intelectuais de cunho ideológico neoliberal e passou a reproduzir as metodologias e ideias aprendidas em Chicago e na Faculdade de Economia da Universidade Católica do Chile. Além disso, os *Chicago Boys* também foram os principais opositores aos economistas ligados à CEPAL. Em 1967, esse grupo começou a difundir as ideias do neoliberalismo através dos meios de comunicação tradicionais, como o caderno de economia do jornal *El Mercurio*, na revista *Política, Economía y Cultura*, Além disso, eles estiveram envolvidos na criação da revista *Que Pasá* e também do *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESOC). Em 1972, foi elaborada uma plataforma político-econômica que se tornaria base das políticas do governo militar, o documento *El Ladrillo*. (VALDÉS, J. 1995).

No início do governo militar, os *Chicagos Boys* não assumiram imediatamente cargos de alto escalão dentro da esfera estatal. No primeiro momento, foram designados para ocupar postos no governo apenas homens de confiança das forças

armadas, como os próprios militares e os economistas vinculados ao PDC¹⁹. Nesse ínterim, os *Chicago Boys* trabalharam como assessores e técnicos dependentes dos mandatos dos militares antes de possuir poder de decisão. Em 1975, os *Chicago Boys* elaboram um plano econômico denominado *tratamiento de shock*, o qual foi aplicado pelo ministro da Fazenda Jorge Cauas. O plano ocasionou a abertura do governo militar para a ascensão desse grupo de economistas, que conquistou autonomia para por em prática mudanças estruturais baseadas na política neoliberal. (DELAÑO, M., TRASLAVIÑA, H. 1989).

Se anteriormente os governos se preocupavam em aumentar a participação do Estado para garantir melhorias através de políticas sociais para a sociedade, durante a ditadura houve significativa uma redução do Estado. Essa redução se consolidou em 1979, quando foi implementado o plano econômico “*Lassiete modernizações*”. Essa política econômica previa reformas: *reforma laboral*, e previdenciária, alterações nos planos de saúde, municipalização da educação, modernização judicial, mudanças na agricultura, na regionalização e na administração pública. (Menanteau-Horta, 2006). Todas essas reformas tinham como objetivo a expansão da lógica do mercado, diminuindo o papel do Estado na economia e garantindo mais liberdade econômica para a sociedade civil.

Durante o regime militar, a ODEPLAN, sob a orientação dos *Chicago Boys*, teve um papel fundamental para estabelecer as políticas neoliberais no Chile. A ODEPLAN foi a agência estatal que reuniu um grande número de economistas e engenheiros que transformariam a economia chilena. A ODEPLAN tinha três funções essenciais. A primeira era recrutar jovens profissionais para os postos de técnicos no governo autoritário, dando capacitação administrativa e técnica. A segunda função era de elaborar as principais reformas econômicas, como, por exemplo, a privatização dos sistemas de previdência e de saúde, além da privatização de empresas estatais e do fim do Estado interventor. Por último, era função da ODEPLAN formular políticas para o combate à extrema pobreza. (HUNEEUS, C. 1998).

Os *Chicago Boys* não apenas assumiram cargos importantes no governo, como também trouxeram mudanças na tomada de decisão do Estado chileno. As

¹⁹ O Partido Demócrata Cristão colaborou com o golpe de 11 de setembro; esse apoio, contudo, durou apenas nos primeiros anos do governo militar. O PDC retirou o seu apoio ao perceber que o regime militar iria durar anos. Consequentemente, igual aos demais partidos, o PDC teve seus direitos cassados pela junta militar, entrando na ilegalidade.

decisões do governo passaram a ser baseadas em princípios “técnicos e científicos” e não mais por postulados políticos e ideológicos. Esse modelo tinha a pretensão de construir uma “*sociedade tecnificada*”; uma sociedade onde os mais capacitados tomam decisões técnicas para as quais foram treinados. A partir desse modelo, os *Chicago Boys* puderam se constituir como elite política e desenvolver políticas baseadas nos princípios neoliberais. Mesmo com a redemocratização e a vitória dos partidos de oposição ao governo de Pinochet nas eleições de 1990, o governo da *Concertación* não conseguiu romper com essa forma de Estado. (SILVA, P. 1991).

O fim da ditadura se deu através de um plebiscito nacional. A constituição chilena, aprovada em 1980, estabelecia que deveria acontecer um plebiscito antes de 1988 para decidir se seria mantido o governo militar do Augusto Pinochet até 1997 (a opção do “*Si*”) ou se seriam convocadas eleições presidenciais dentro de um ano após do plebiscito (a opção do “*No*”). A campanha do “*No*” teve duas importantes consequências. A primeira foi que formou-se um bloco de oposição ao regime militar, que governaria o Chile por 20 anos, a *Concertación*. A segunda foi que os tecnocratas, tanto de partidos de centro quanto de partidos de esquerda, se reuniram para formular conjuntamente um programa político comum e elaborar políticas setoriais para um governo democrático. Esta cooperação multipartidária de tecnocratas contribuiu para que o primeiro candidato pela *Concertación*, Patricio Aylwin, recebesse o apoio técnico necessário para a construção de um programa político, além de ter contribuído para a efetividade das políticas públicas durante o primeiro mandato da redemocratização. (SILVA. 1991, 2010).

4.1.5 O governo do Patricio Aylwin (1990-1994)

Com a derrota de Pinochet no plebiscito de 1988, foi convocada a eleição para 14 de dezembro de 1989. Nesse pleito, os partidos que estavam envolvidos na campanha do *No* formaram um bloco partidário chamado *Concertación de Partidos por la Democracia*. O principal partido desse bloco, o PDC, escolheu o candidato a presidente, o ex-senador Patricio Aylwin. Os partidos de direita também fizeram uma coalizão em torno do bloco partidário *Democracia y Progreso* e lançaram como candidato Hernán Buchi, filiado à UDI e ex-Ministro da Fazenda. Houve também um

terceiro candidato, o empresário Francisco Javier Errázuriz, não ligado a um partido. Patricio Aylwin foi eleito com 55,18% dos votos. O segundo colocado na disputa presidencial foi Hernán Buchi, que teve 29,39% dos votos. Francisco Errázuriz obteve 15,43% dos votos. (ANGELL, 2005).

Com redemocratização, o governo de Patricio Aylwin tinha como desafio provar que o “caos” econômico, social e político que Pinochet havia anunciado não aconteceria. O governo implantou uma política de aliança com diversos setores da sociedade, inclusive com os partidos de oposição. O primeiro governo da *Concertación* queria mostrar ao pinochetismo e a toda a oposição que a volta da democracia no Chile não promoveria um retrocesso socioeconômico, mas uma economia mais dinâmica do que aquela vivenciada durante o período militar. (SILVA, 1995).

Como dito anteriormente, o valor dos tecnocratas na esfera estatal se manteve mesmo com o fim da ditadura. Durante a presidência de Patricio Aylwin, a forte presença dos tecnocratas se deu por diversos fatores. Primeiro, pela necessidade de uma forma clara e legítima de designar quem iria ocupar os cargos do governo. Igual da mesma forma, Aylwin declarou que os cargos governamentais seriam ocupados pelos “mais capazes” em suas áreas específicas. Dessa maneira, não haveria cotas partidárias, mas uma seleção que considerava as habilidades técnicas. Por conta das inúmeras críticas sobre a distribuição de cargos pela filiação partidária no governo de Salvador Allende, todos os partidos da *Concertación* aceitaram essa forma de distribuição para evitar tais críticas. (SILVA, P. 2010 e 2011).

Durante a ditadura militar houve significativa melhoria na formação acadêmica da classe política de centro e de esquerda. Vários agentes que ocuparam cargos importantes nos governos da *Concertación* passaram o período militar em exílio. Durante esse período, essas personalidades aprimoraram as suas formações acadêmicas e técnicas nos países onde estiveram refugiados. Aqueles que permaneceram no Chile também puderam estudar nos programas de pós-graduação localizados em países desenvolvidos. Isso ocorreu através de vínculos institucionais dos centros universitários estrangeiros com diversos institutos chilenos de pesquisa dissidentes. (SILVA, 2010 e 2011).

Havia uma preocupação por parte do governo Aylwin em preservar a estabilidade macroeconômica para garantir a governabilidade e prolongar o tempo da *Concertación* no poder. A influência da tecnocracia no governo Aylwin resultou na

participação de pesquisadores ligados à CIEPLAN (*Corporación de Estudios para Latinoamérica*) no alto escalão governamental. (SILVA, P. 2010). A CIEPLAN foi criada em 1976 e tinha como objetivo a elaboração de trabalhos sobre políticas públicas no Chile e na América Latina.

No período da ditadura militar, os monges²⁰ se concentraram em atividades de monitoramento das políticas econômicas implantadas pelos *Chicago Boys* de tal forma que aqueles se tornaram a principal oposição destes no campo da teoria econômica. Diferentemente dos *Chicago Boys*, os pesquisadores da CIEPLAN estudaram em vários centros de pesquisa e pós-graduação no exterior, o que possibilitou a formação qualificada desses agentes para a elaboração de trabalhos altamente sofisticados, nos quais depositavam suas críticas à política econômica do período entre 1973 e 1990. (SILVA, P. 1991, 2010).

Com a redemocratização chilena, os principais cargos no governo de Patricio Aylwin foram ocupados pelos monges. Por isso, os monges puderam consolidar políticas econômicas baseadas na manutenção do equilíbrio econômico com o aumento de gastos públicos para diminuir as desigualdades sociais herdadas do período anterior. Um exemplo disso é a atuação de dois monges da CIEPLAN, Alejandro Foxley e René Cortázar, nos Mistérios da Fazenda e do Trabalho. Esses dois foram figuras chave para estabelecer um acordo entre o governo, o empresariado e os trabalhadores na condução da economia. Com esse objetivo, Alejandro Foxley estabeleceu diálogo com o setor empresarial e René Cortázar com as organizações sindicais. (SILVA, 1995).

O governo, os empresários e os trabalhadores assinaram o Acordo Marco em abril de 1990. Nesse acordo se estabeleceu o aumento real de 20% do salário mínimo e um adicional para as famílias de baixa renda. Esse acordo tinha como objetivo melhorar as condições de vida dos trabalhadores sem prejudicar o crescimento econômico e a estabilidade financeira. Em abril de 1991, foi feito outro acordo, nomeado “II Acordo Nacional”. Neste acordo foi ajustado o salário mínimo. O mesmo acordo também estabelecia o aumento do salário mínimo nos anos de 1992 e 1993. Esse aumento se daria com base na equação entre a inflação projetada e o aumento do nível de produtividade da força do trabalho. Em abril de 1992, através do “III Acordo Nacional”, foi estabelecida a criação de uma instância permanente de articulação

²⁰ Segundo Silva (1991) e (2010), foi o Fernando Henrique Cardoso que nomeou de “monges” os economistas ligados a CIEPLAN que foram recrutados para o governo do Patricio Aylwin.

entre governo, empresariado e centrais sindicais para analisar temas como educação para o trabalho, desemprego, seguro-desemprego, aplicação de normas trabalhistas etc. (SILVA, 1995).

Além do papel de negociar com os sindicatos e empresários, os tecnocratas também mantiveram uma boa relação com importantes líderes políticos do primeiro governo da *Concertación*. O grau de entendimento entre esses dois grupos produziu um fenômeno de intercâmbio no qual os políticos adotaram um enfoque mais tecnocrático e os tecnocratas fortaleceram a sua capacidade política. Essa cooperação entre os políticos e os tecnocratas foi chamada de “partido transversal”, uma vez que transcendia as diferenças partidárias formais e alcançava consenso sobre os objetivos econômicos e políticos e os meios para alcançá-los entre as distintas forças que formavam a *Concertación*. (SILVA, 2010 e 2011).

4.1.6 O governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000)

No dia 11 de dezembro de 1993, o democrata cristão Eduardo Frei Ruiz-Tagle foi eleito presidente do Chile com 57,9% dos votos, assumindo no dia 11 de março de 1994. Após o governo de Patricio Aylwin, a análise dos partidos da *Concertación* era que os principais perigos, a crise econômica e um eventual novo golpe, tinham sido superados. O segundo governo da *Concertación* teve como principal política a implantação de uma agenda de modernizações com vistas a modernizar o aparelho do Estado, o sistema judicial, a infraestrutura e buscar a integração do Chile com a economia mundial. (SILVA 2010, 2011).

Para manter a estabilidade política alcançada no período anterior, Frei teve que reforçar a área política dentro de seu gabinete. Para tanto, recrutou três amigos pessoais para o governo, Carlos Figueroa, Edmundo Pérez Yoma e Genaro Arriagada. Esse trio, chamado pela imprensa de Círculo de Ferro, tornou-se o principal corpo de assessores políticos do presidente e exercia grande influência e poder. Ademais, o “círculo de ferro” reduzia a aparição de Eduardo Frei nos meios de comunicação e também diante da sociedade. O motivo disso era que, para o “círculo de ferro”, o presidente Frei era um péssimo orador e, portanto, seria melhor que os

benefícios conquistados pelo governo fossem divulgados à imprensa pelos próprios ministros. (SILVA 2010, 2011).

Para aplicar a política de modernizações do Estado e da economia chilena, Frei nomeou o economista e membro da CIEPLAN Eduardo Aninat como ministro da Fazenda. Aninat tinha acesso privilegiado à presidência da república. Apesar disso, o ministro da Fazenda tinha sempre de confrontar as ações dos membros do Círculo de Ferro, uma vez que esses tentavam limitar a sua influência dentro do aparato estatal chileno. Além de Aninat, o presidente contou com o apoio técnico de um grupo de tecnocratas para implementação da agenda política econômica. Esse grupo, nomeado pela imprensa de “Frei boys” ou “top ten”, era formado por economistas e engenheiros civis que apresentavam uma visão liberal sobre a economia. Por conta de conhecimentos específicos, os “top ten” tiveram um espaço ilimitado dentro do governo para desenvolver a agenda de modernizações no Chile. (SILVA 2010, 2011).

A participação dos tecnocratas no governo Frei acarretou, inicialmente, em uma disputa por influência e poder deles com os membros do círculo de ferro. O Círculo de ferro tinha uma posição mais política sobre como deviam se dar as reformas, conflitando com a visão mais técnica dos “top-ten”. Em outro momento, os tecnocratas foram fortemente criticados pelos políticos do PS e do PDC. A visão liberal e a continuidade das políticas econômicas em prol do mercado que os tecnocratas defendiam resultaram na insatisfação da ala mais à esquerda da *Concertación* e de vários políticos democratas cristãos. Por outro lado, existia uma ala da *Concertación* que estava satisfeita com os resultados obtidos com a política econômica voltada para o desempenho do mercado. (SILVA 2010, 2011).

Uma consequência do conflito foi que cada setor da *Concertación* mencionado anteriormente elaborou documentos²¹ que reiteravam a sua posição e criticavam o outro setor²². Diante deste cenário, o presidente buscou colocar um fim na querela ao pedir mais colaboração entre os membros da *Concertación* em seu governo para garantir a vitória nas eleições de 1999 e, consequentemente, para que a *Concertación* assegurasse um terceiro mandato. (SILVA 2010, 2011).

²¹ Documentos como “*La fuerza de nuestras ideas*”, elaborado pelo setor liberal, e “*La gente tiene razón*”, elaborado pela ala esquerda da *Concertación*.

²² O conflito entre os “*autocomplacientes*” e os “*autoflagelantes*”. Os “*autocomplacientes*” foram aqueles que defendiam a presença dos tecnocratas no Estado na tomada de decisão. Os “*autoflagelantes*” são aqueles que defendem os políticos na tomada de decisão.

Por conta da crise asiática²³ e da prisão do ex-ditador Augusto Pinochet²⁴, o governo teve que interromper a agenda de modernizações para focar na sobrevivência política e manter unidos os setores da *Concertación*. Assim, a harmonia entre os tecnocratas e os políticos durante o governo anterior não conseguiu se manter durante o mandato de Frei. (SILVA 2010, 2011).

4.1.7 O governo de Ricardo Lagos (2000-2006)

Nas eleições presidenciais de 1999 ocorreu uma disputa bastante acirrada entre os candidatos da *Concertación* e da coalizão da direita *Alianza por Chile*. No primeiro turno, o candidato socialista Ricardo Lagos obteve 47,96% dos votos contra 47,51% dos votos que obteve Joaquín Lavín. No segundo turno, Ricardo Lagos ganha as eleições com 51,31% dos votos.. Com a vitória de Lagos, chegou ao fim um período de ausência dos socialistas na presidência que durou quase trinta anos.

A formação do gabinete do presidente Ricardo Lagos foi marcada por um misto de continuidade e mudança em relação ao governo anterior. A continuidade estava representada por alguns ex-ministros da presidência de Eduardo Frei Ruiz-Tagle. A mudança se deu pela nomeação de seis mulheres para cargos de alto escalão em seu governo. Exemplo disso foi a nomeação de Michelle Bachelet para o Ministério da Saúde. Outra característica do governo de Lagos foi a predominância de advogados. Esses profissionais representaram cerca de 50% dos nomes que ocuparam ministérios. A forte presença dos advogados no gabinete de Lagos serviu para transmitir a ideia de que se tratava de um governo mais político que técnico. No campo da tomada de decisões econômicas, Lagos nomeou o economista cevalino Nicolás Eyzaguirre para o Ministério da Fazenda. Essa nomeação colaborou para evitar desconfiças por parte de agentes externos, como por exemplo, investidores estrangeiros, e, conseqüentemente, emitir um sinal para a comunidade econômica e financeira local e internacional de que haveria uma boa equipe de profissionais para lidar com a economia chilena. Além de Nicolás Eyzaguirre, outros economistas com

²³ A crise asiática ocasionou uma recessão na economia chilena de 0,8% do PIB no ano de 1999.

²⁴ A detenção do ex-ditador Augusto Pinochet em Londres provocou o enfrentamento político entre defensores e opositores do general no Chile. (SILVA, 2010. pp. 211).

carreira internacional foram nomeados para cargos chave da política econômica. (SILVA 2010, 2011).

Diferentemente do governo anterior, a gestão de Lagos não deu grande autonomia para seus ministros. O governo Lagos se caracterizou por um estilo político mais autoritário e fiscalizador. Como ex-ministro de obras do governo anterior, Lagos presenciou conflitos entre grupos internos do mandato de seu predecessor. Lagos acreditava que, se houvesse uma liderança mais forte, poderia evitar tais atritos. (SILVA 2010, 2011).

A presidência de Ricardo Lagos apresentou características estruturais de governo semelhantes ao governo dos Estados Unidos. Nessa estrutura, havia um grupo de mentores próximos ao presidente que o aconselhavam e fiscalizavam as ações dos ministros. Os assessores eram, em sua maioria, formados em sociologia e, durante a ditadura militar, haviam trabalhado na CEPAL ou na FLACSO. Alguns eram originários de institutos privados de pesquisa. (SILVA 2010, 2011).

Os assessores de Ricardo Lagos, diferentemente dos membros do Círculo de Ferro, evitavam dar entrevistas ou declarações públicas. As atividades desses conselheiros eram de fiscalizar as tarefas designadas a cada ministério, participar das reuniões com os ministros e resumir informações e análises estratégicas para o presidente. Além disso, os demais ministros e funcionários do governo deveriam sempre consultar os assessores de Lagos sobre temas importantes. (SILVA 2010, 2011).

4.1.8 O governo de Michelle Bachelet (2006-2010)

Nas eleições de 2005, a candidata socialista Michelle Bachelet disputa a presidência do Chile com o empresário do partido RN, Sebastián Piñera. No primeiro turno, Michelle Bachelet obteve 45,96% dos votos e Sebastián Piñera, 25,41%. No segundo turno, Bachelet foi eleita com 53,30% dos votos, contra 46,50% para Piñera. O grupo político de Bachelet, a *Concertación*, se manteve no poder pela quarta vez consecutiva.

Durante a campanha, o discurso de Bachelet apresentava um governo em prol da participação política da sociedade. Esse discurso tratava de uma mudança

significativa das ideias da *Concertación*, uma vez que outros governos buscaram fortalecer as estruturas e instituições democráticas baseados nos princípios da democracia representativa, embora não tenham desenvolvido uma democracia participativa. Michelle Bachelet também declarou durante a campanha que aplicaria a paridade de gênero ao nomear ministros e outros cargos do alto escalão, além de ter dito que não haveria continuidade dos ministros do governo de Ricardo Lagos em seu gabinete. Bachelet queria renovar os quadros políticos no interior da *Concertación*. (SILVA 2010, 2011).

Para renovar os quadros políticos, Michelle Bachelet fez uma aliança estratégica com a *think tank* Expansiva. Essa agência reunia um grupo de jovens intelectuais e tecnocratas de cunho liberal mas de orientação política concertacionista. Através Expansiva, Bachelet poderia recrutar profissionais altamente qualificados para participar do governo. Por conta dessa parceria, Bachelet deixava claro que a política econômica ficaria nas mãos de prestigiosos economistas que continuariam desenvolvendo o modelo econômico dos governos concertacionistas predecessores. (SILVA 2010, 2011).

Para articular a participação dos tecnocratas da Expansiva com a proposta de governo voltada para a democracia participativa, o gabinete de Bachelet criou comissões de trabalhos formadas por acadêmicos especialistas de cada matéria e também figuras representativas de determinados setores e organizações da sociedade civil. Essas comissões de trabalho elaboraram o programa de governo de Bachelet, que seria aplicado quando ela assumisse o mandato presidencial. (SILVA 2010, 2011).

Com a vitória nas eleições presidenciais do Chile, Bachelet de fato nomeou mulheres para a sua equipe, na proporção de 50%. Além disso, a grande maioria dessa equipe tinha um perfil técnico-profissional e havia frequentado centros universitários de pós-graduação nos Estados Unidos. Outra característica relevante da equipe desse gabinete foi a forte presença dos membros da Expansiva. Essa presença ocasionou, em alguma medida, o descontentamento de políticos da *Concertación*. (SILVA 2010, 2011).

Além das comissões de trabalho aplicadas durante a campanha presidencial, o governo de Bachelet criou comissões para estudar e elaborar propostas de diversos temas. Com isso, Bachelet tentava materializar o “*gobierno ciudadano*”. Entretanto, manifestações de estudantes secundaristas por melhorias na educação abalaram a

construção da “*participación ciudadana*”. Após muita pressão dos estudantes secundaristas, foi montada uma comissão dentro do governo para discutir a educação. A comissão era formada por *experts* e por representantes estudantis. No entanto, mesmo com a instalação da comissão, os protestos estudantis continuaram. A revolta cessou somente depois da atuação dos partidos políticos da *Concertación* com as organizações estudantis. Depois disso, os partidos políticos aumentaram seu protagonismo no governo, uma vez que os tecnocratas não conseguiram superar a crise. (SILVA 2010, 2011).

O conflito entre os tecnocratas e os políticos se acentuou cada vez mais. Dois episódios durante o governo de Michelle Bachelet demonstraram as críticas dos setores da *Concertación* “autoflagelantes” à tecnocracia estatal.

O primeiro episódio trata da implementação do sistema de transporte público Transantiago, em 10 de fevereiro de 2007. Quando foi inaugurado o Transantiago, foram constatados diversos problemas no desenho e na implementação do projeto. Os problemas ocasionaram um caos no transporte público e o caos se desdobrou em uma enorme insatisfação da população com o governo. A insatisfação gerou, consequentemente, queda na popularidade da presidência de Bachelet. A crítica ao Transantiago foi convertida em um discurso contra a equipe econômica e, principalmente, ao ministro da Fazenda, Andrés Velasco. (SILVA 2010, 2011).

O segundo episódio reflete a decisão da equipe econômica em relação aos ganhos provenientes do cobre. Com o aumento dos preços e o aumento da demanda por *commodities*, o governo chileno conseguiu aumentar o nível de sua poupança. Devido ao aumento da poupança, os setores que representavam a esquerda da *Concertación* fizeram pressão para que a equipe econômica do governo utilizasse uma parte do aumento da poupança interna para ampliar os programas sociais. O ministro Velasco, contudo, negou a utilização daqueles recursos. Uma das justificativas de Velasco era que a alta do cobre não duraria para sempre, de modo que o recurso deveria ser poupado para momentos difíceis no futuro. A negativa do economista em usar os recursos da poupança gerou diversas críticas dos setores *autoflagelantes*, a ponto destes pedirem a substituição do ministro Velasco por um ministro “más sensible” às necessidades sociais do Chile. Essas críticas permaneceram até a crise mundial de 2008, quando a equipe econômica usou os recursos do cobre para investir em todo tipo de programas de fomento produtivo e de combate à pobreza, a fim de diminuir os efeitos da crise mundial na economia chilena.

(SILVA 2010, 2011). Em consequência dessa medida da equipe econômica do governo, a presidente Bachelet terminou seu mandato com 81,4% de aprovação. O ministro Velasco, por sua vez, obtinha, em novembro de 2009, 71% de aprovação. A popularidade do governo de Bachelet não garantiu um quinto mandato da *Concertación*. Os conflitos entre os tecnocratas e *autoflagelantes* transcendeu, para o eleitorado chileno, em uma imagem de desordem da *Concertación*. (SILVA 2010, 2011).

4.1.9 O governo de Sebastián Piñera²⁵ (2010-2014)

Na eleição de 2009, foi a primeira vez que a direita voltava ao poder em uma eleição presidencial desde a vitória de Jorge Alessandri em 1958. No primeiro turno, Sebastián Piñera, candidato da Renovação Nacional, obteve 44,06% dos votos e Eduardo Frei Ruiz-Tagle, candidato do Partido Demócrata Cristão, obteve 29,60% dos votos. No segundo, Sebastián Piñera foi eleito com 51,61% dos votos, contra 48,93% para Eduardo Frei Ruiz-Tagle.

Utilizando o mesmo método que Michelle Bachelet, Piñera manteve parceria com a agência *think tank* Grupos Tantauco para elaborar o seu programa de governo. O trabalho dos grupos Tantauco na campanha presidencial de Piñera era de demonstrar aos eleitores o caráter técnico, sério e moderno do governo, que teria uma equipe de profissionais altamente qualificados. Além disso, a parceria com a agência distanciava os partidos políticos da imagem do candidato na campanha. O intuito era conseguir votos dos indivíduos que anteriormente tinham apoiado a *Concertación*. No entanto, a presença de importantes líderes dos partidos políticos de direita, principalmente da UDI, dificultou sobremaneira a obtenção de tais votos. (SILVA, 2010).

A ideia central da campanha de Piñera era trazer para a gestão governamental a eficiência do setor empresarial. Essa eficiência faria com que a economia chilena alcançasse um nível alto de crescimento e, consequentemente, em 2018, o Chile galgaria o status de país desenvolvido. Para conseguir tal “eficiência”, Sebastián

²⁵ Essa parte irá discorrer apenas os sete primeiros meses do governo de Sebastian Piñera, uma vez que ainda não há outra literatura a respeito da tecnocracia do último governo chileno.

Piñera recrutou, para assumir cargos de alto escalão no governo, apenas profissionais altamente capacitados, sem aderir às cotas partidárias usadas em outras administrações presidenciais. (SILVA, 2010).

Após a vitória nas urnas, Sebastián Piñera teve que decidir quais seriam os indivíduos que fariam parte da sua administração. Para tanto, Piñera solicitou ajuda às agências *think tank*²⁶ de direita, e não aos partidos, para elaborar a lista de possíveis nomes para ocupar os cargos ministeriais e demais cargos de alto escalão. Desse modo, a composição ministerial foi formada por ampla maioria de ministros sem filiação partidária, mas com formação em economia ou engenharia e pós-graduação nos Estados Unidos. O grupo escolhido possuía, necessariamente, carreira no mundo de negócios ou no mundo acadêmico. Além disso, uma parte significativa da equipe era formada por membros de agências *think tank*. (SILVA, 2010).

Assim como nos outros governos da Concertación, houve divergências entre os políticos dos partidos RN e UDI e os tecnocratas. Um exemplo desse enfrentamento foi a discussão sobre o imposto da gasolina. No governo de Bachelet, houve uma redução no imposto da gasolina para incentivar a produção. Essa redução se manteria até o dia 25 de março de 2010. Em fevereiro, antes da posse, os futuros ministros da Fazenda, Felipe Larraín, e da Economia, Juan Andrés Fontaine, declararam que não iriam prorrogar a redução do imposto. Já os dirigentes dos partidos da RN e UDI se manifestaram contrários à declaração dos futuros ministros. Para esses líderes políticos, manter a redução do imposto afetaria de forma positiva as pequenas e médias empresas. No final, a decisão dos ministros prevaleceu e ocorreu, então, um aumento no preço da gasolina. Depois disso, a associação de consumidores, senadores e políticos da própria coalizão que elegeu o Sebastián Piñera fez diversas críticas à posição dos ministros. (SILVA, 2010).

4.2 PERFIS DOS ECONOMISTAS E A IDEOLOGIA DO GOVERNO

Neste subitem do trabalho, discorreremos sobre a relação entre os perfis dos economistas e a ideologia dos governos chilenos. Para isso, utilizamos as mesmas

²⁶ Além do grupo Tantauco, há Instituto Libertad, Instituto Libertad y Desarrollo e Fundación Jaime Guzmán.

variáveis do capítulo anterior, exceto as características pessoais. A análise observa a relação entre as variáveis formação escolar, carreira e militância com a variável ideologia política do governo. Para analisar essas relações, foram empregados dois tipos de testes estatísticos. Um dos testes foi a análise de correspondência. Esse teste permite a inclusão de variáveis categóricas nominais ou ordinais no modelo. No caso desta pesquisa, todas as variáveis são tratadas como nominais. O principal objetivo desse teste é demonstrar a correspondência entre duas variáveis categóricas em uma tabela e, ao mesmo tempo, analisar as relações entre cada uma delas. Essas relações podem se dar tanto por linhas quanto por colunas.

Utilizamos também o teste de independência Q de Yule. Tal teste estatístico serve para calcular se há uma relação ou não entre duas variáveis binárias. No caso da existência de relação entre as variáveis dicotômicas, esse teste mede a intensidade e a direção dessa relação. (CERVI, 2014).

4.2.1 Formação escolar e governo

No estudo a respeito da relação da formação escolar e o espectro ideológico do governo, foi usado o teste de análise de correspondência para observar a relação entre as universidades e os governos. Também são analisadas as relações entre os centros de pós-graduação e os governos. A análise entre as universidades e a ideologia dos governos está demonstrada pelas TABELAS 13 e 14 e pela FIGURA 1.

TABELA 13 – PERFIS DAS LINHAS

Universidades	Espectro Ideológico do Governo				
	Esquerda	Centro	Centro-Direita	Direita	Margem ativa
		Esquerda			
UC	0,240	0,480	0,040	0,240	1,000
PUC-CH	0,000	0,129	0,226	0,645	1,000
USACH	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
PUCV-CH	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
Massa	0,145	0,361	0,108	0,386	

FONTE: O Autor (2014).

TABELA 14 – PERFIS DAS COLUNAS

Universidades	Espectro Ideológico do Governo				
	Esquerda	Centro-Esquerda	Centro-Direita	Direita	Massa
UC	1,000	0,800	0,222	0,375	0,602
PUC-CH	0,000	0,133	0,778	0,625	0,373
USACH	0,000	0,033	0,000	0,000	0,012
PUCV-CH	0,000	0,033	0,000	0,000	0,012
Margem ativa	1,000	1,000	1,000	1,000	

FONTE: O Autor (2014).

Na TABELA 13, os perfis nas linhas indicam uma correspondência maior (massa) entre quase todas as universidades com os governos de centro-esquerda; a Universidade do Chile (UC) e centro-esquerda (0,480), a Universidade de Santiago do Chile (USACH) e centro-esquerda (1,000) e a Universidade Católica de Valparaíso (PUCV-CH) e centro-esquerda (1,000). Já a Universidade Católica do Chile (PUC-CH) teve correspondência com o governo de direita (0,645).

Quanto ao perfil nas colunas, na TABELA 14, verificou-se a distribuição do Espectro Ideológico do Governo com as Universidades. A esquerda possui mais correspondência com a UC (1,000), a centro-esquerda também com a UC (0,800). A direita e a centro-direita com a PUC-CH, sendo, respectivamente, o valor das massas em 0,625 e 0,778.

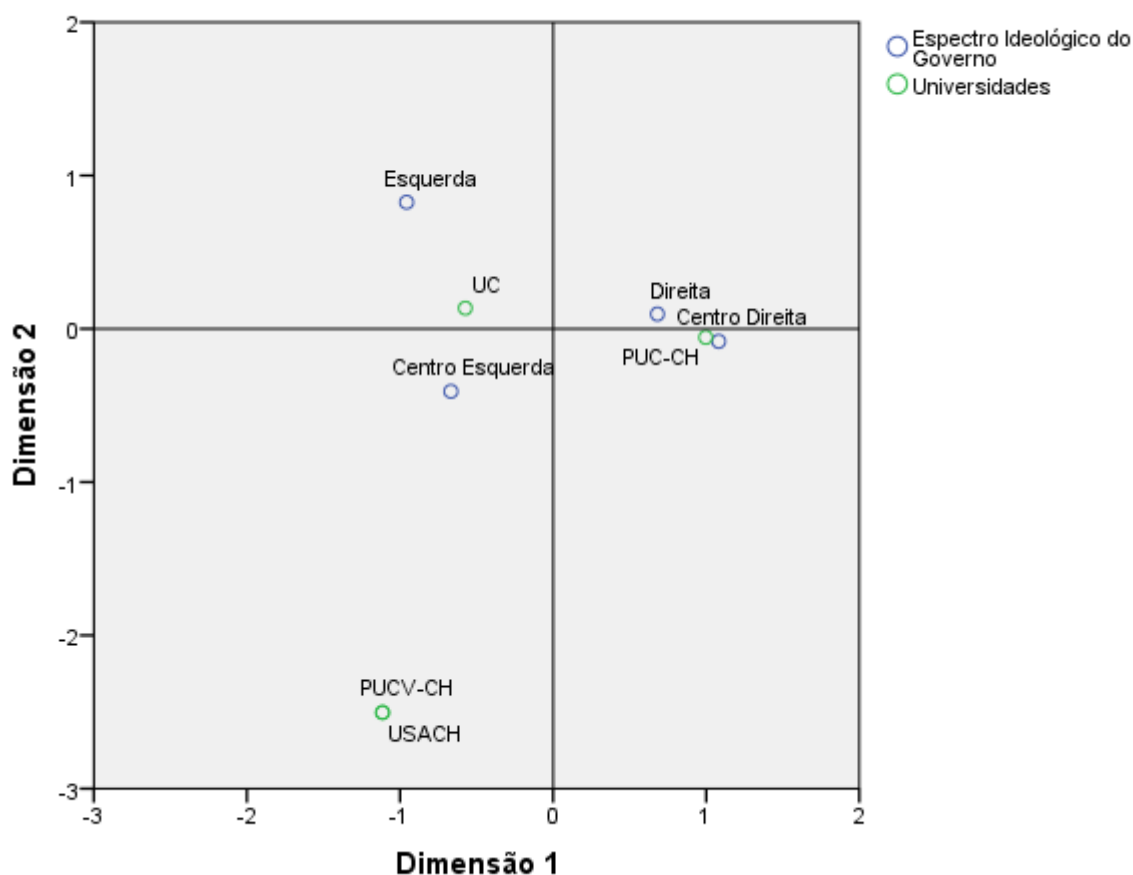


FIGURA 1 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE ESPECTRO IDEOLÓGICO DO GOVERNO E UNIVERSIDADES NO CHILE
 FONTE: O Autor (2014)

A FIGURA 1 mostra a força das relações expressada pelas proximidades e distâncias entre espectro ideológico do governo e universidades no Chile. Como se pode observar, o espectro ideológico do governo de esquerda e centro-esquerda estão mais próximos da Universidade do Chile, enquanto os governos de direita e centro-direita estão mais próximos da Universidade Católica do Chile. As demais universidades, a Universidade de Santiago do Chile e a Universidade Católica de Val Paraíso não tiveram um peso significativo nesta análise.

As TABELAS 15 e 16 e a FIGURA 2 descrevem a análise de correspondência entre os programas de pós-graduação cursados por esses economistas e a orientação política dos governos chilenos

TABELA 15 – PERFIS DAS LINHAS

Centros de Pós-graduação	Espectro Ideológico do Governo				
	Esquerda	Centro- Esquerda	Centro-Direita	Direita	Margem ativa
U. de Harvard	0,143	0,500	0,214	0,143	1,000
U. de Chicago	0,038	0,115	0,077	0,769	1,000
MIT	0,143	0,571	0,143	0,143	1,000
Outros	0,111	0,556	0,037	0,296	1,000
Massa	0,095	0,392	0,095	0,419	

FONTE: O Autor (2014).

TABELA 16 – PERFIS DAS COLUNAS

Centros de Pós-graduação	Espectro Ideológico do Governo				
	Esquerda	Centro Esquerda	Centro Direita	Direita	Massa
U. de Harvard	0,286	0,241	0,429	0,065	0,189
U. de Chicago	0,143	0,103	0,286	0,645	0,351
MIT	0,143	0,138	0,143	0,032	0,095
Outros	0,429	0,517	0,143	0,258	0,365
Margem ativa	1,000	1,000	1,000	1,000	

FONTE: O Autor (2014).

Na TABELA 15, os perfis nas linhas indicam uma correspondência maior (massa) entre quase todos os centros de pós-graduação com os governos de centro-esquerda; a Universidade de Harvard e centro-esquerda (0,500), o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e centro-esquerda (0,571) e os outros e centro-esquerda (0,556). Já a Universidade de Chicago teve maior correspondência com o governo de direita (0,769).

Quanto ao perfil nas colunas, na TABELA 16, verificou-se que a esquerda possui mais correspondência com as demais instituições (0,429), a centro-esquerda com os outros (0,517). A centro-direita teve maior correspondência com a Universidade de Harvard (0,429) e a direita com a Universidade de Chicago (0,645).

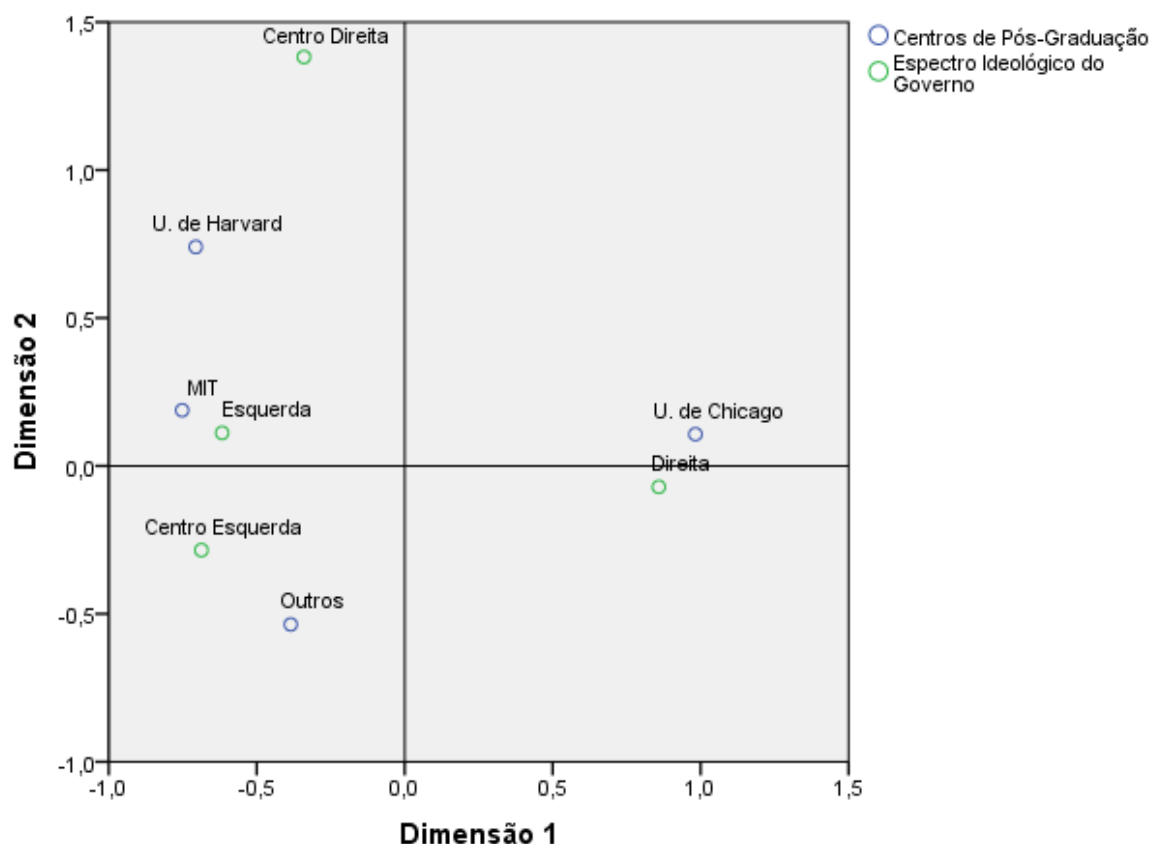


FIGURA 2 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE ESPECTRO IDEOLÓGICO DO GOVERNO E OS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO CHILE
 FONTE: O Autor (2014)

A FIGURA 2 apresenta a relação das forças através das proximidades e distâncias entre espectro ideológico do governo e os centros de pós-graduação. De acordo com a FIGURA 2, o espectro ideológico do governo de esquerda está próximo com o Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Já os governos de centro-esquerda estão entre o MIT e os outros centros de pós-graduação. Os governos de centro-direita estão mais próximos da Universidade de Harvard do que das demais instituições. Já o governo de direita está bem próximo da Universidade de Chicago.

Nota-se que os economistas formados na Universidade do Chile tendem a ser nomeados para cargos de alto escalão nos governos chilenos de esquerda e centro-esquerda. Por outro lado, os economistas que tenham se graduado na Universidade Católica do Chile tendem a ser convocados pelos governos de centro-direita e direita. A respeito da pós-graduação, os economistas-dirigentes políticos presentes nos

governos chilenos de esquerda, centro-esquerda e centro-direita possuem uma formação diversificada; portanto, não existe uma instituição de pós-graduação que tenha uma relação forte com tais espectros ideológicos. Não obstante, os economistas que estudaram na Universidade de Chicago têm uma relação forte com o governo de direita. Essa última relação já era esperada, uma vez que os *Chicago Boys* tiveram substancial presença no governo ditatorial.

4.2.2 Carreira e governo

Para explorar de que forma o espectro ideológico dos governos se relaciona com as variáveis de carreira dos economistas, utilizamos o teste de independência Q de Yule. Como as variáveis de carreiras são dicotômicas, optou-se por usar tal teste para medir a relação de força com ideologia do governo. Cabe ressaltar que, em vez de serem usados 4 segmentos de ideologia (esquerda, centro-esquerda, centro-direita e direita), foram usados 2 segmentos (esquerda e direita). As TABELAS 17 e 18 apresentam a relação de força entre a participação dos economistas em agências internacionais e a orientação política dos governos chilenos:

TABELA 17 – PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMISTAS EM AGENCIAS INTERNACIONAIS E IDEOLOGIA DE GOVERNO

Variáveis	Outros	Agências Internacionais	TOTAL
Esquerda	18	25	43
Direita	31	9	40
TOTAL	49	34	83

FONTE: O Autor (2014).

TABELA 18 – VALOR DO Q DE YULE E OS VALORES DE CALCULOS ADICIONAIS

Testes	Valores
Qxy	0,654
Menor Valor Esperado	16,39
Limite Inferior	0,38
Limite Superior	0,93
Pares consistentes	0,22
Pares inconsistentes	0,05

FONTE: O Autor (2014).

O valor encontrado do teste Q de Yule a partir da TABELA 17 foi de 0,654. Existe, portanto, uma associação positiva de 65% entre governo de esquerda e economistas que participaram em agências internacionais antes de serem nomeados para cargos de alto escalão dentro do governo chileno. Ao analisar o quadro de interpretação da magnitude do coeficiente (ANEXO 1), podemos dizer que existe uma associação positiva forte entre os governos de esquerda com os economistas que participaram em carreiras internacionais, pois é maior que 0,50 (ou 50%).

A relação entre os economistas que foram membros de agências *think tank* e os governos chilenos está descrita nas TABELAS 19 e 20:

TABELA 19 – PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMISTAS EM AGENCIAS *THINK TANKS* E IDEOLOGIA DE GOVERNO

Variáveis	Outros	Agências <i>Think Tanks</i>	TOTAL
Esquerda	21	22	43
Direita	29	12	41
TOTAL	50	34	84

FONTE: O Autor (2014)

TABELA 20 – VALOR DO Q DE YULE E OS VALORES DE CALCULOS ADICIONAIS

Testes	Valores
Qxy	0,434
Menor Valor Esperado	16,60
Limite Inferior	0,07
Limite Superior	0,80
Pares consistentes	0,18
Pares inconsistentes	0,07

FONTE: O Autor (2014)

Segundo as tabelas acima, o valor do teste Q de Yule é 0,434. Pelos cálculos adicionais, o valor de Qxy é significativo para fazer interferências estatísticas. A relação entre o governo de esquerda e economistas que foram membros de agências *think tanks* tem associação positiva de 43%. Pelo quadro de interpretação da magnitude do coeficiente (TABELA 1A do ANEXO), pode-se dizer que existe uma associação positiva moderada entre os governos de esquerda com os economistas que participaram agências *think tanks* antes de serem nomeados para cargos de alto escalão no governo Chile. Essa associação é moderada, pois é menor que 0,5 e maior que 0,30.

A partir destes dois testes de Q de Yule percebemos que os governos de esquerda apresentam associação positiva com os economistas que trabalharam em agências internacionais e agências *think tanks*. Um detalhe importante destes testes é a diferença entre as associações. No capítulo anterior, a proporção dos economistas com trajetória de carreira em agências internacionais e aqueles com trajetória em agências *think tanks* era a mesma. Devido aos testes Q de Yule, os economistas exerceram a sua profissão em agências internacionais apresentam uma associação forte com os governos de esquerda, enquanto aqueles que foram membros das *think tanks* possuem uma associação moderada. Consequentemente, os economistas com um perfil de carreira em agências internacionais tendem a ter uma maior presença no governo de esquerda do que aqueles com carreira nas agências *think tank*.

Para os governos de direita a relação é oposta aos dos governos de esquerda, de maneira que existe um predomínio de economistas que não possuem carreira nem agências internacionais, nem em agências *think tanks*²⁷.

4.2.3 Militância e governo

No capítulo anterior, a filiação partidária representou uma variável bastante significativa nos perfis dos economistas. Além disso, muitos desses economistas eram filiados a partidos de esquerda e centro esquerda. O teste de Q de Yule foi feito justamente para analisar as relações desses agentes com os governos de esquerda.

A relação entre os economistas filiados a partidos político com os governos de esquerda está ilustrada nas TABELAS 21 e 22:

TABELA 21 – PARTICIPAÇÃO DOS ECONOMISTAS EM AGENCIAS *THINK TANK* E IDEOLOGIA DE GOVERNO

Variáveis	Não Militância	Militância	TOTAL
Esquerda	8	27	35
Direita	23	13	36
TOTAL	31	40	71

FONTE: O Autor (2014)

TABELA 22 – VALOR DO Q DE YULE E OS VALORES DE CALCULOS ADICIONAIS

Testes	Valores
Qyx	0,713
Menor Valor Esperado	15,28
Limite Inferior	0,46
Limite Superior	0,97
PC	0,246
PI	0,041

FONTE: O Autor (2014)

²⁷ Cabe ressaltar que no governo de Sebastián Piñera, a maioria dos economistas-dirigentes políticos era membro de alguma agência *think tank*, mas não tinha uma carreira em agências internacionais.

O valor do teste Q de Yule a partir da TABELA 21 foi de 0,713. Também, através dos valores dos cálculos adicionais da TABELA 22 podemos verificar que o teste estatístico Q de Yule é significativo. Portanto, existe uma associação positiva de 71% entre os governos de esquerda e economistas filiados a partidos políticos. Partindo dos valores do quadro de interpretação da magnitude do coeficiente (TABELA 1A do ANEXO), pode-se dizer que existe uma associação positiva muito forte (maior que 0,7) entre os governos de esquerda com esses agentes.

Observamos que tecnocratas políticos estão fortemente associados com os governos de esquerda. Para estes governos, não é apenas o saber técnico dos economistas que determina a nomeação destes para ocupar cargos de alto escalão do Estado. A militância partidária que os economistas-dirigentes políticos possuíam era fator bastante relevante para os governos de esquerda.

Nos governos de direita, por outro lado, havia maior presença de tecnocratas pragmáticos. A vivência partidária dos economistas não era, portanto, uma característica importante para os mandatos presidenciais de direita. Para esses governos, o saber técnico tinha maior peso no momento de decidir quem ocuparia algum cargo no Estado.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho fez um estudo dos economistas nos diferentes governos chilenos durante o período de 1958 a 2013. Mais especificamente, fez uma análise do perfil social desses agentes e também, relatou de que forma essas características sociais estão relacionadas com os respectivos espectros políticos dos governos chilenos.

Na análise dos perfis sociais dos economistas-dirigentes políticos chilenos percebeu-se que a maioria são homens que possuem carreira de docência universitária, filiados em algum partido político e sem relação familiar com uma elite tradicional chilena. Entretanto, esses sujeitos tiveram outras características sociais significativas. A grande maioria desses economistas obteve o título de bacharel pela Universidade do Chile ou pela Universidade Católica do Chile. Outra particularidade é que quase todos possuem título de pós-graduação em universidades dos Estados Unidos. As principais universidades foram a Universidade de Chicago, Universidade de Harvard e o Instituto Tecnológico de Massachusetts.

Além disso, existem mais dois atributos relacionados a esses indivíduos. A maioria possui apenas carreira docente ou carreira docente e mais consultorias antes de ingressar ao Estado. Entretanto, uma parte significativa de economistas tiveram uma carreira dentro das agências internacionais ou uma carreira em agências *think tanks*. Desse modo, há mais duas trajetórias de carreiras que devem ser levadas em consideração no estudo dos economistas- dirigentes políticos no Chile.

O outro atributo está relacionado com a filiação partidária dos economistas. A maior parte desses agentes que possuem uma militância partidária é filiado em partidos de esquerda e centro-esquerda. O número de economistas-dirigentes políticos filiados em partidos de direita é baixo.

Este trabalho demonstrou também que existe uma diferença entre os perfis sociais dos economistas em governos de esquerda e centro-esquerda e em governos de centro-direita e direita. Os mandatos presidenciais de esquerda e centro-esquerda contam com uma grande presença de economistas-dirigentes políticos formados na Universidade do Chile, enquanto os demais governos recrutam economistas formados na Universidade Católica do Chile. Em relação à pós-graduação, o único dado relevante, embora conhecido, foi que a Universidade de Chicago tem uma relação

forte com o governo de direita. Nos demais governos (esquerda, centro-esquerda e centro-direita), não há nenhum centro de pós-graduação que seja significativo.

Já na análise das variáveis “trajetória de carreira” e “militância partidária” optamos pela divisão da orientação ideológica do poder executivo em apenas duas orientações, esquerda e direita. Assim, os economistas que fizeram carreira em agências internacionais têm uma associação forte com os governos de esquerda. No caso dos indivíduos que tiveram carreira nas instituições *think tanks*, estes têm associação moderada com os governos de esquerda. Já os governos de direita têm uma relação inversa com os economistas que participaram em agências internacionais ou *think tanks*. Há uma predominância dos economistas-dirigentes políticos que possuem uma trajetória de carreira típica nos mandatos presidenciais de direita. No caso da militância partidária, existe uma associação muito forte entre os governos de esquerda e os economistas filiados a partidos políticos. Enquanto durante os governos de direita, os economistas que participam do aparelho do Estado tendem a não possuir militância partidária.

A importância dessa relação entre perfil dos economistas-dirigentes políticos e a orientação ideológica de governo é evidenciar empiricamente uma grande diferença entre Executivos de esquerda e de direita. E uma vez que essas relações demonstram tais diferenças, fica explícito que o recrutamento dos economistas não tem como base apenas em seus mérito acadêmico e a sua especialização técnica.

Uma questão importante é a limitação em fazer um estudo prosopográfico no Chile. A falta de dados sobre esses economistas (religião, formação escolar do pai e da mãe, ocupação do pai, entre outros) não permitiu que fizéssemos maiores análises sobre os perfis desses agentes, e consequentemente, reduziu nosso estudo apenas a poucas variáveis.

Não obstante, esta pesquisa pode servir como base para outros trabalhos que estudem os perfis dos economistas de governo em outros países. Assim, poderia comparar os perfis sociais dos economistas do Chile com os economistas de outros países, identificando padrões em comum e diferenças, mais ou menos significativas, entre estes agentes.

Além disso, esta pesquisa deixa algumas questões para serem respondidas em futuro estudos. Por exemplo, como se dá a relação entre a Universidade do Chile e os governos de esquerda e centro-esquerda e Universidade Católica do Chile com os governos de centro-direita e direita? Há uma diferença curricular entre essas duas

universidades? Existe uma ideologia por parte dessas universidades? Como a formação escolar está relacionada com o ingresso no Estado? Outro caminho pode ser o de explorar melhor a trajetória de carreiras dos economistas, obter informações sobre qual foi a última posição ocupada (pública ou privada) antes de assumir um cargo no governo. Enfim, o que explica a presença de um tipo de perfil de economista em governos de esquerda e centro-esquerda e um outro em governos de direita e centro-direita?

REFÊRENCIAS

ANGELL, A., “La elección presidencial de 1958. La elección presidencial de 1989. La política de la transición a la democracia, in Alejandro San Francisco e Ángel Soto (editores), ***Camino a La Moneda: Las elecciones presidenciales en la historia de Chile 1920 – 2000***, Santiago, Ediciones Centro de Estudio Bicentenario, 2005, p. 279-299.

BABB, S., **Managing Mexico: Economists from Nationalism to Neoliberalism**. Princeton. Princeton University Press. 2002

CENTENO, M. **Redefiniendo la tecnocracia**. Desarrollo Económico, Vol.37, No. 146 Jul. – Sep. pp. 215-240, 1997.

CLAVEL, P., “La elección presidencial de 1958. Jorge Alessandri y la derecha a la Moneda”, in Alejandro San Francisco e Ángel Soto (editores), ***Camino a La Moneda: Las elecciones presidenciales en la historia de Chile 1920 – 2000***, Santiago, Ediciones Centro de Estudio Bicentenario, 2005, p. 279-299.

Diccionario biográfico de Chile: 1984-1986. Santiago: Empresa Periodística Chile.

DÁVILA, M. “Tecnocracia y política en el Chile pos autoritario (1990-2010)”, in Alfredo Joignant y Pedro Güell (editores), ***Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de sociología de las élites en Chile (1990-2010)***, Santiago, Ediciones de la Universidad Diego Portales, 2011, p.49-76.

DELAÑO, M., TRASLAVIÑA, H. ***La herencia de los Chicago Boys***. Santiago: Ediciones del Ornitorrinco, 1989.

DEZALAY, Y., GARTH, B., **LA INTERNACIONALIZACIÓN DE LAS LUCHAS POR EL PODER: La competencia entre abogados y economistas por transformar los Estado latinoamericanos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México e ILSA. 2005.

DIAS RIGOLIN, C. C.; HAYASHI, M. C. P. I.. **Por dentro dos reservatórios de idéias: uma agenda pesquisa para os think tanks brasileiros**. Liinc em Revista, v. 8, n. 1, mar. 2012, p. 20- 33.

DOMINGUEZ, J. Technopols. Freeing Politics and Markets in Latin America in 1990s, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press-University Park. 1997.

FONTAINE, A. **Los Economistas y el Presidente Pinochet**. Santiago: ZigZag. 1988.

GOUVÊA, G. **Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil**, São Paulo: Editora Paulicéia, 1994.

GÓNGORA, M. **Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX**. Santiago: Ediciones la ciudad. 1981.

HERENDIA, M. **Entre reflexividad, legitimación y performatividad. El discurso económico en la instauración y la crisis de la convertibilidad**. Crítica en desarrollo, nro 2, segundo semestre 2008. pp. 191-214.

HUNEEUS, C. "El Ejército y la Política en el Chile de Pinochet, su Magnitud y Alcances" *Opciones* nº 14, 1988, pp. 89-136.

HUNEEUS, C. **Tecnócratas y políticos en un régimen autoritario. Los "ODEPLAN Boys" y los "Gremialistas" en el Chile de Pinochet**, Revista Ciência Política Vol.19 - Nº2, 1998, pp.125-158.

JOIGNANT, A. **El estudio de las élites: un estado del arte**, Santiago, Instituto de Políticas Públicas Expansiva UDP, Working Paper, Serie Políticas Públicas, Nº1, noviembre del 2009.

JOIGNANT, A. "Tecnócratas, technopols y dirigentes de partido. Tipos de agentes y especies de capital en las élites gubernamentales de la Concertación (1990-2010)", in Alfredo Joignant y Pedro Güell (editores), **Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de sociología de las élites en Chile (1990-2010)**, Santiago, Ediciones de la Universidad Diego Portales, 2011, p.49-76.

LOUREIRO, M. **Os Economistas no Governo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

MARKOFF, J., MONTECINOS, V. **El irresistible ascenso de los economistas**. Desarrollo Económico, Vol. 34, No. 133 (Apr. - Jun., 1994), pp. 3-29

MENANTEAU-HORTA, D. **El rol del Estado en el desarrollo social y la Reforma de la previsión en Chile y EE.UU.** *Rev. australcienc. soc.*, 2006, no.10, p.5-22.

MEYNAUD, J. **LA TECNOCRACIA ¿Mito o realidad?** Madrid. Editora Tecnos. 1968.

MONTECINOS, V.; **El Valor Simbólico de los Economistas en la Democratización de la Política Chilena.** Caracas, Venezuela, Revista Nueva Sociedad Número 152, Edición de Noviembre-Diciembre de 1997.

MONTECINOS, V. **Economists, Politics and State: Chile 1958 – 1994.** Amsterdam: CEDLA, 1998.

MOULIAN, T. **Desarrollo político y Estado de Compromiso: desajustes y crisis estatal en Chile.** Estudios Cieplan 64. Santiago.

MOTTA, M. **Economistas: Intelectuais burocratas e “mágicos”.** In: GOMES et alii. Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: FGV, 1994

OSSADÓN, J. “Economistas en la elite: entre tecnopolítica y tecnociência”. In Alfredo Joignant y Pedro Güell (editores), **Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de sociología de las élites en Chile (1990-2010)**, Santiago, Ediciones de la Universidad Diego Portales, 2011, p.109-126.

PEREIRA, L.A **Sociedade Estatal e a tecnoburocracia**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PRZEWORSKI, A. **Estado e economia no capitalismo.** Rio de Janeiro. Relume-Pumará, 1991.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas.** In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 69 – 136.

RAMÓN, A. **Biografías de Chilenos 1976-1973: Miembros de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial.** Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile. 1999

RODRIGUES, Octavio, **O Estruturalismo Latino-americano.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

SAINT MARTIN, M. **Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França**. Tomo, São Cristóvão (SE), n. 13, pp. 43-73, jul./dez. 2008

SCHNEIDER, B. **Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1994.

SILVA, P. ***Technocrats and politics in Chile: from the Chicago boys to the Cieplan monks***. Journal of Latin American Studies, 23 (part 2), May 1991.

SILVA, P. **Empresarios, neoliberalismo y transición democrática en Chile**. México, Revista Mexicana de Sociología. Nº4, vol 57 pp. 3-25, 1995.

SILVA, P. **Los tecnocratas y la política en Chile: Pasado y Presente**. Santiago de Chile, Revista de Ciencia Política Nº 002, vol. 26, 2006.

SILVA, P. **En el nombre de la razón: Tecnocratas y política en Chile**, Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

SILVA, P. “La elite tecnocrática en la era de la Concertación” in Alfredo Joignant y Pedro Güell (editores), ***Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de sociología de las élites en Chile (1990-2010)***, Santiago, Ediciones de la Universidad Diego Portales, 2011, pp 241-269.

SKOCPOL, T. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, P; RUESCHEMEYER, D; e SKOCPOL, T. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

STONE, L. **Prosopografía**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011.

UP (*Unidad Popular*). **Programa de gobierno de la Unidad Popular**. Santiago: Comando de la Unidad Popular. 1969.

TOMASSINI, Luciano. **Economia e sociedade no Chile. Um retrospecto histórico**. In: CARDIM, Carlos Henrique (Editor) DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. 10ed. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2009, p. 88-117.

VALDÉS, J. **La Escuela de Chicago: Operación Chile.** Buenos Aires: Grupo Editorial Zeta S.A. 1989.

VALDÉS, J. **Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile.** Cambridge: Cambridge University Press. 1995.

WILLIAMSON, J. **The Political Economy of Policy Reform.** Washington, D.C. Institute for International Economics.

WRIGHT MILLS, C. A elite do poder. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ANEXOS

QUADRO 1A. – INTERVALOS DE VALORES PARA COEFICIENTE QXY

VALOR DE QXY	LEITURA ADEQUADA
+0,70 ou mais	Associação positiva muito forte
+0,50 a +0,69	Associação positiva forte
+0,30 a +0,49	Associação positiva moderada
+0,10 a +0,29	Associação positiva baixa
+0,01 a +0,09	Associação positiva desprezível
0	Nenhuma associação
-0,01 a -0,09	Associação negativa desprezível
-0,10 a -0,29	Associação negativa baixa
-0,30 a -0,49	Associação negativa moderada
-0,50 a -0,69	Associação negativa forte
-0,70 ou mais	Associação negativa muito forte

FONTE: CERVI (2014)

APÊNDICE

QUADRO 2A – OS PERFIS SOCIAIS DOS ECONOMISTAS-DIRIGENTES POLÍTICOS CHILENOS NO PERÍODO DE 1958 A 2014.

ECONOMISTAS	GÊNERO	IDADE DE ENTRADA	PAIS NA POLÍTICA	UNIVERSIDADES	PÓS GRADUAÇÃO	CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO	AGÊNCIAS INTERNACIONAIS	AGÊNCIAS THINK-THANK	PARTIDOS
Alberto Arenas de Mesa	Masculino	40	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Pittsburgh	Não	Não	PS
Alejandro Foxley	Masculino	51	Não	Universidade Católica de Valparaíso	Sim	Universidade de Wisconsin	Sim	Sim	PDC
Alfonso Inostroza	Masculino	46	Não	Universidade do Chile	Não	Não	Sim	Sim	PS
Alvaro Bardón	Masculino	35	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Não	PDC
Álvaro Desiderio García Hurtado	Masculino	40	Sim	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Califórnia em Berkeley	Não	Sim	PPD
Alvaro Donoso	Masculino	-	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Não	-
Andrés Bianchi	Masculino	54	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade Yale	Sim	Não	Sem partido
Andrés Jaime Palma Irrarrázaval	Masculino	48	Sim	Universidade do Chile	Sim	Universidade do Chile	Não	Não	PDC
Andrés Passicot	Masculino	-	Não	Universidade do Chile	Sim	Commissariat général du Plan	-	Não	Sem partido
Andrés Velasco Brañes	Masculino	46	Sim	Universidade de Yale	Sim	Universidade de Harvard	Sim	Sim	Sem partido
Carlos Alberto Massad Abud	Masculino	34	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Não	PDC
Carlos Matus	Masculino	41	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Harvard	Sim	Sim	Sem partido

Carlos Ominami	Masculino	40	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Paris X Nanterre	Sim	Sim	PS
Edgardo Boeninger	Masculino	38	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade da Califórnia	Não	Não	PDC
Eduardo Aninat Ureta	Masculino	46	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Harvard	Não	Sim	PDC
Eduardo García d'Acuña	Masculino	-	-	Universidade do Chile	Sim	Instituto de Tecnologia de Massachusetts	Não	Não	PDC
Enrique Seguel	Masculino	-	-	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade Ramon Llull	Não	Não	Sem partido
Felipe José Kast Sommerhoff	Masculino	33	Sim	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Harvard	Sim	Sim	Sem partido
Felipe Larraín Bascuñán	Masculino	52	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Harvard	Sim	Sim	Sem partido
Gonzalo Martner	Masculino	47	Sim	Universidade do Chile	Sim	-	Sim	Sim	PS
Hernán Büchi	Masculino	34	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade da Columbia	Não	Não	UDI
Hugo Sebastián Lavados Montes	Masculino	58	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Boston	Não	Não	PDC
Ingrid Verónica Antonijevic Hahn	Feminino	54	Não	Universidade do Chile	Não	Não	Não	Não	PPD
Joaquín José Lavín Infante	Masculino	58	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	-	Não	Não	UDI
Joaquín Vial Ruiz-Tagle	Masculino	44	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Pensilvânia	Não	Sim	Sem partido
Jorge Caus	Masculino	40	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Columbia	Sim	Não	PDC
Jorge Horacio Rodríguez Grossi	Masculino	54	-	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Boston	Sim	Sim	PDC
Jorge Leiva Lavalle	Masculino	59	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade da Califórnia	Sim	Não	PS
Jorge Marshall	Masculino	39	Não	Universidade de Santiago	Sim	Universidade de Harvard	Sim	Sim	PPD

Jorge Selume	Masculino	33	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Não	Sem partido
José Cademartori	Masculino	43	Não	Universidade do Chile	Não	Não	Não	Não	PC
José Federici	Masculino	46	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade Yale	Não	Não	Sem partido
José Félix de Vicente Mingo	Masculino	51	Não	Universidade do Chile	Não	Não	Não	Não	UDI
José Fernando de Gregorio Rebeco	Masculino	41	Sim	Universidade do Chile	Sim	Instituto de Tecnologia de Massachusetts	Sim	Não	PDC
José Pablo Arellano	Masculino	38	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Harvard	Não	Sim	PDC
Juan Andrés Fontaine Talavera	Masculino	56	Sim	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Sim	Sem partido
Juan Carlos Méndez	Masculino	29	-	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Não	UDI
Juan Villarzú	Masculino	30	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Não	Sem partido
Luis Arturo Escobar Cerda	Masculino	34	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Harvard	Sim	Não	Sem partido
Luis Escobar Cerda	Masculino	57	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Harvard	Sim	Não	Sem partido
Luis Fuenzalida	Masculino	54	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Não	-
Luis Larraín	Masculino	33	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	-	Não	Não	Sem partido
Manuel Marfán Lewis	Masculino	47	Sim	Universidade do Chile	Sim	Universidade Yale	Sim	Sim	PS
Mario Marcel Cullell	Masculino	37	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Cambridge	Não	Sim	PS
Martín Costabal	Masculino	31	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Não	UDI
Miguel Kast	Masculino	30	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Não	Sem partido
Nicolás Eyzaguirre	Masculino	47	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Harvard	Sim	Sim	PPD

Pablo Baraona	Masculino	40	Sim	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Sim	Sem partido
Pablo Ihnen	Masculino	31	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Não	Sem partido
Pedro Vuskovic	Masculino	47	Não	Universidade do Chile	Não	Não	Sim	Sim	PS
Roberto Guillermo Pizarro Hofer	Masculino	52	Sim	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Sussex	Sim	Não	PS
Roberto Zahler	Masculino	42	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Sim	Sim	PDC
Rodrigo Vergara Montes	Masculino	49	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Harvard	Sim	Sim	Sem partido
Rolf Lüders	Masculino	47	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Não	Sem partido
Rosanna María Assunta Costa	Feminino	52	Não	Universidade Católica do Chile	Não	Não	Não	Sim	Sem partido
Sergio de Castro	Masculino	45	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Sim	Sem partido
Sergio de la Cuadra	Masculino	-	Não	Universidade Católica do Chile	Sim	Universidade de Chicago	Não	Sim	UDI
Sergio Granados Aguilar	Masculino	60	Não	Universidade do Chile	Sim	-	Não	Não	PS
Sergio Melnick	Masculino	36	Não	Universidade do Chile	Sim	Universidade da Califórnia	Sim	Não	Sem partido
Sergio Molina	Masculino	29	Não	Universidade do Chile	Não	Não	Sim	Não	Sem partido
Vittorio Corbo Lioi	Masculino	60	Não	Universidade do Chile	Sim	Instituto de Tecnologia de Massachusetts	Sim	Não	Sem partido
Vladimiro Arellano	Masculino	-	-	Universidade do Chile	Sim	Universidade de Cuba	Sim	Sim	-